

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**

**O COTIDIANO DA VILA DO GOVERNADOR – PINHAIS-PR: ELEMENTOS  
REVELADORES DA RELAÇÃO DA COMUNIDADE COM O MEIO AMBIENTE**

**CURITIBA**

**2011**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**  
**ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO**

**JOÃO FRANCISCO FERRAZ DE LIMA**

**O COTIDIANO DA VILA DO GOVERNADOR – PINHAIS-PR: ELEMENTOS  
REVELADORES DA RELAÇÃO DA COMUNIDADE COM O MEIO AMBIENTE**

Monografia apresentada para obtenção do  
Título de Especialista em Educação, Meio  
Ambiente e Desenvolvimento, da  
Universidade Federal do Paraná.

Comitê de Orientação: Profa. Dr<sup>a</sup> Sandra  
Mara Maciel de Lima e Prof. Dr. José  
Edmilson de Souza Lima

**CURITIBA**

**2011**

### **Dedicação:**

Dedico esta Monografia em memória dos meus avos maternos, João Bernardes e Dirce Osório Bernardes, em partícula minha querida avo, DIRCE OSÓRIO BERNARDES, mulher guerreira, sensível e dedicada, que com seus gestos simples, porem aguerridos, foi exemplo para minha mãe, que da mesma forma foi exemplo para mim.

Aos meus eternos mestres que após anos que desencarnaram, ainda contribuíram para o fortalecimento da família e a formação em nível de pós-graduação do seu neto.

Muito obrigado! E que vocês sejam agraciados pela divindade e continuem a sua evolução no pós-vida.

Grato!

## **Agradecimentos:**

Ao termino de mais esta jornada de formação “Daquele profissional”, venho agradecer, da forma sincera, primeiramente os meus queridos, amorosos e compreensíveis pais: Irvando Ferraz de Lima e Sandra Bernardes de Lima, minhas estimadas irmãs: Taiula, Eulalia, Dirce, meu filho querido, Raul Santos Ferraz e meus sobrinhos, Helo e Otavio. Por contribuírem para que hoje eu ser o homem que sou, com muito defeitos, mas nutrindo um amor enorme por vocês e pela vida.

Agradeço ainda a meus amigos da pós-graduação, aprendi muito com vocês, com certeza temos que quebrar paradigmas e difundir o conhecimento em sua totalidade de forma “subversiva”. Aos meus colega de trabalho da Terra Nova Regularizações Fundiárias, Aos meus novos e complexos amigos de Sengés, que nossa pluralidade se reverta em um desenvolvimento sustentável para o município. Agradeço ao MADE, pela formação tão diversa e instigante. E a minha amiga, companheira e acima de tudo, namorada Barbara Volpe, que as forcas do universos conpirem ao nosso favor.

Ainda agradeço as forcas espirituais pela possibilidade de estar encarnado e vivenciar experiências tão ricas e necessárias para a evolução do espírito.

Abrigado a todos.

## Há metafísica bastante em não pensar em nada

Há metafísica bastante em não pensar em nada.  
O que penso eu do Mundo?  
Sei lá o que penso do Mundo!  
Se eu adoecesse pensaria nisso.

Que ideia tenho eu das coisas?  
Que opinião tenho sobre as causas e os efeitos?  
Que tenho eu meditado sobre Deus e a alma  
E sobre a criação do Mundo?  
Não sei. Para mim pensar nisso é fechar os olhos  
E não pensar. É correr as cortinas  
Da minha janela (mas ela não tem cortinas).

O mistério das coisas? Sei lá o que é mistério!  
O único mistério é haver quem pense no mistério.  
Quem está ao sol e fecha os olhos,  
Começa a não saber o que é o Sol  
E a pensar muitas coisas cheias de calor.  
Mas abre os olhos e vê o Sol,  
E já não pode pensar em nada,  
Porque a luz do Sol vale mais que os pensamentos  
De todos os filósofos e de todos os poetas.  
A luz do Sol não sabe o que faz  
E por isso não erra e é comum e boa.

Metafísica? Que metafísica têm aquelas árvores  
A de serem verdes e copadas e de terem ramos  
E a de dar fruto na sua hora, o que não nos faz pensar,  
A nós, que não sabemos dar por elas.  
Mas que melhor metafísica que a delas,  
Que é a de não saber para que vivem  
Nem saber que o não sabem?

"Constituição íntima das coisas"..  
"Sentido íntimo do Universo"..  
Tudo isto é falso, tudo isto não quer dizer nada.  
É incrível que se possa pensar em coisas dessas.  
É como pensar em razões e fins  
Quando o começo da manhã está raiando, e pelos lados das  
árvores  
Um vago ouro lustroso vai perdendo a escuridão.

Pensar no sentido íntimo das coisas

É acrescentado, como pensar na saúde  
Ou levar um copo à água das fontes.

O único sentido íntimo das coisas  
É elas não terem sentido íntimo nenhum.

Não acredito em Deus porque nunca o vi.  
Se ele quisesse que eu acreditasse nele,  
Sem dúvida que viria falar comigo  
E entraria pela minha porta dentro  
Dizendo-me, Aqui estou!

(Isto é talvez ridículo aos ouvidos  
De quem, por não saber o que é olhar para as coisas,  
Não compreende quem fala delas  
Com o modo de falar que reparar para elas ensina.)

Mas se Deus é as flores e as árvores  
E os montes e sol e o luar,  
Então acredito nele,  
Então acredito nele a toda a hora,  
E a minha vida é toda uma oração e uma missa,  
E uma comunhão com os olhos e pelos ouvidos.

Mas se Deus é as árvores e as flores  
E os montes e o luar e o sol,  
Para que lhe chamo eu Deus?  
Chamo-lhe flores e árvores e montes e sol e luar;  
Porque, se ele se fez, para eu o ver,  
Sol e luar e flores e árvores e montes,  
Se ele me aparece como sendo árvores e montes  
E luar e sol e flores,  
É que ele quer que eu o conheça  
Como árvores e montes e flores e luar e sol.

E por isso eu obedeço-lhe,  
(Que mais sei eu de Deus que Deus de si próprio?),  
Obedeço-lhe a viver, espontaneamente,  
Como quem abre os olhos e vê,  
E chamo-lhe luar e sol e flores e árvores e montes,  
E amo-o sem pensar nele,  
E penso-o vendo e ouvindo,  
E ando com ele a toda a hora.

Fernando Pessoa (heterônimo Alberto  
Caeiro).

## SUMÁRIO

<b>CONSIDERAÇÕES INICIAIS .....</b>	<b>07</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
<b>1 A “QUESTÃO SOCIAL” E A CRISE SOCIOAMBIENTAL: REFLEXO DO ESTREITAMENTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS EM TEMPOS DO CAPITALISMO MUNDIALIZADO .....</b>	<b>12</b>
1.1 A QUESTÃO SOCIAL E A CRISE SOCIOAMBIENTAL .....	18
1.2 “QUESTÃO SOCIAL” E CRISE SOCIOAMBIENTAL EM TEMPOS DE CAPITALISMO MUNDIALIZADO .....	22
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2 VILA GOVERNADOR – PINHAIS – PARANÁ: CONSTRUINDO O COTIDIANO DE UMA ÁREA DE OCUPAÇÃO IRREGULAR .....</b>	<b>24</b>
2.1 OCUPAÇÕES IRREGULARES: PRODUTO DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS .....	24
2.2. A VILA GOVERNADOR - PINHAIS: CONTEXTUALIZAÇÃO .....	28
2.3 A QUESTÃO HABITACIONAL .....	30
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3 METODOLOGIA, FASE EXPLORATÓRIA E ANÁLISE DOS DADOS EM UMA HERMENÊUTICA DIALÉTICA DA PESQUISA ...</b>	<b>35</b>
3.1 PREMISA DA PESQUISA, FASE EXPLORATÓRIA E ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS .....	35
3.1.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS .....	36
3.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....	39
3.2.1 INTERPRETAÇÃO DOS DADOS QUANTITATIVOS .....	40
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>59</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>61</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Eu sou um guardador de rebanhos, e meus rebanhos são meus pensamentos”

Fernando Pessoa

A presente Monografia de conclusão de curso da Especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento vêm suscitar a discussão entorno da temática da relação cotidiana e interação comunidade e meio ambiente, com o tema **“O cotidiano da Vila do Governador – Pinhais-PR: elementos reveladores da relação da comunidade com o meio ambiente”**.

A Vila Governador é uma área de ocupação irregular de Pinhas – PR, região metropolitana de Curitiba, atualmente está em processo de regularização fundiária conduzida por uma instituição privada em parceria com a Prefeitura Municipal e Poder Judiciário Municipal.

Observando a necessidade eminente e constante de um mais profundo das correlações existentes no cotidiano das comunidades em área de ocupação irregular e a imprescindível interação com o meio ambiente que esta monografia traz em seu bojo um olhar da própria comunidade sobre a questão.

É de importância singular que no espaço da construção das relações sociais, o cotidiano das comunidades em área de ocupação irregular expresse os princípios de inquietação da realidade concreta, pois os questionamentos levantados por seus atores sociais, moradores, lideranças e técnicos que venham a trabalhar nesta área, podem fomentar pesquisas e reflexões sobre as ações e intervenções realizadas para sua teorização, tendo claro que a pesquisa só tem a agregar conhecimento e destoar novos prismas no cotidiano, em um processo constante de construção e desconstrução possa atingir a práxis social.

Neste contexto as teorizações do Serviço Social e entendimentos da questão ambiental se fazem presente em todos os aspectos, desde a elaboração e implementação do projeto até sua avaliação e manutenção, assumindo visão de trabalho na totalidade. Assim as compreensões da questão ambiental no prisma do

Serviço Social, agrega valor no processo de crescimento dos projetos e se alimenta de conhecimento ali construído e transpassado.

No esbanjar da realidade e do fazer profissional embasado, a pesquisa vem somar idéias e discutir entendimentos, trazendo as reflexões do entendimento socioambiental em cima dos aspectos fundantes da formação do Serviço Social com um prisma na questão ambiental, sendo: Éticos-Políticos, Teórico-Metodológicos e Técnicos-Operativos. Mantendo o entendimento no projeto ético político do Serviço Social.

Observando a historicidade do século XXI um dos maiores problemas é o crescimento exagerado e desorganizado das cidades, tal fato produz grandes agravantes ambientais, já que o crescimento ocorre de forma contínua ao crescimento populacional e de forma irregular motivados por inúmeros fatores sociais e econômicos ocorridos na sociedade que em suma reflete em um comprometimento do meio ambiente, com a destinação incorreta dos resíduos sólidos domésticos, comerciais e industrial, por uma falta de compreensão ou estímulo ao conhecimento da destinação correta dos resíduos, a compreensão pode trazer ao bem comum da sociedade assim os prevenindo contra possíveis abalos naturais.

Um das grandes mazelas geradas pela ocupação urbana de forma irregular e construções de moradias as margens de rios, córregos e barrancos, que por consequência de uma destinação incorreta dos resíduos que são jogados nas ruas entupindo bueiros e consequentemente para os rios e juntada a impermeabilização do solo causando enchentes e deslizamentos de terra, assim expondo famílias e comunidades a doenças e até mesmo risco de vida.

O meio-ambiente não é visto como totalidade dialética, onde o biogeofísico e o sócio-econômico são os seus perfis de tensão e do possível. O meio-ambiente não é visto como sua trama vital histórico que adquire sentido através de um projeto, isto é, do trabalho e, portanto, do homem (VOLKER, 2004, p.50).

A Vila Governador, como as demais comunidades em áreas de ocupações irregulares, sofre com as ações da natureza intensificadas pelas ações humanas de maus tratos com o meio ambiente, fazendo com que a comunidade sinta as



conseqüências diretas da ocupação desorganizada das cidade e aqui observada as margens do rio Palmital.

As organizações sociais da comunidade como a Associação de Moradores, Clubes de Mães, Pastorais, compreendendo seu papel como sujeito de transformações dentro deste território, por intermédio de uma compreensão sucinta, pôr louvável, assume o trabalho na sensibilização da comunidade e lança o desafio de mudar a realidade atual para a construção de um futuro sustentável, da relação com o meio ambiente.

Analisando a Educação Ambiental e sustentabilidade como novos critérios básicos e integradores, sendo este o único instrumento eficaz para a construção de um futuro com desenvolvimento social, faz-se necessário um estímulo permanente, em que os atores sociais de uma comunidade possam assumir sua responsabilidade e dar ênfase nos aspectos socioeconômicos, culturais e ambientais que estão relacionados diretamente com a eqüidade, a justiça social e a própria ética, compreendendo o território e o espaço onde se estabelecem as relações sociais.

A presente Monografia compreende a comunidade formada por sujeitos sociais, atores de sua própria existência, munidos de conhecimentos, de vivências riquíssimas e de uma força de mobilização social, que vem trabalhar no viés da educação ambiental não formal como estabelece a lei nº **9.795, de 27 de abril de 1999**, porém uma educação politicamente crítica no sentido da autonomia cidadã e na construção coletiva e constante da cidadania plena.

...a educação ambiental na escola ou fora dela continuará a ser uma concepção radical de educação, não porque prefere ser a tendência rebelde do pensamento educacional contemporâneo, mas sim porque nossa época e nossa herança histórica e ecológica exigem alternativas radicais, justas e pacíficas (REIGOTA, 1998, p.43).

Neste sentido os sujeitos sociais da comunidade serão diretamente contemplados com os benefícios da conscientização política ambiental da população, pois com isso, o rio poderá ser desobstruído e não causar mais enchentes e com um fortalecimento dos organismos organizados da comunidade

(As Associações de Moradores e lideranças) e a sociedade como um todo, será politicamente mais embasada para reivindicar seus apelos e anseios por políticas públicas que garantam as premissas básicas estabelecidas na Constituição Federal, como, Saúde, educação, assistência social, trabalho, moradia entre outras e com isso a permanência pacífica no território que residem.

Neste sentido, a presente monografia tem como objetivo geral buscar no cotidiano da Vila do Governador elementos reveladores da relação da comunidade com o meio ambiente. E como objetivos específicos: (a) identificar na comunidade como são estabelecidas as relações sociais com o meio ambiente; (b) analisar o papel da liderança comunitária na educação ambiental não formal e seu impacto na relação com o meio ambiente; e (c) identificar nas práticas da comunidade estudada elementos constitutivos de um discurso ambiental.

A monografia caracteriza-se como pesquisa qualitativa-quantitativa, pois a junção dessas modalidades de pesquisa possibilita interpretar os dados intrínsecos e subjetivos dos usuários pesquisados e apresentar dados próximos da realidade vivenciada.

No intuito de atingir os objetivos da pesquisa foi selecionado de forma intencional cinco sujeitos da comunidade da Vila Governador, sendo três moradores, tendo sua residência próxima ao rio Palmital, e que por essa proximidade já sofreram de alguma forma com a ação de degradação do meio ambiente e duas lideranças comunitárias “atuantes”, entendendo que “atuantes” é a liderança que traz consigo e por seus atos a compreensão das problemáticas do coletivo dos moradores e os representam de forma contundente interesses e idéias coletivos.

Sendo assim, a monografia apresenta três capítulos, visando construir uma breve discussão histórica da construção da relação entre a comunidade e o meio ambiente.

No primeiro capítulo, intitulado “A ‘Questão Social’ e a crise socioambiental: reflexo do estreitamento das relações sociais em tempos do capitalismo mundializado”, apresenta-se a discussão da compreensão da “questão social” e suas expressões, como a degradação do meio ambiente, um pouco da discussão sobre atual crise socioambiental e ainda um breve discussão sobre as relações sociais em tempos de capitalismo mundializado.

No segundo capítulo, intitulado “Vila Governador – Pinhais – Paraná, cotidiano construído de uma área de ocupação irregular”, apresenta-se uma discussão do contexto da área de ocupação irregular e da Vila Governador, uma breve contextualização da situação habitacional no Brasil, a metodologia da instituição que está conduzindo a regularização fundiária da área, e ainda uma breve discussão sobre a questão habitacional na região metropolitana de Curitiba.

No terceiro capítulo, intitulado “Metodologia, fase exploratória e análise dos dados em uma hermenêutica dialética da pesquisa”, apresenta-se e discute-se os dados qualitativos e quantitativos, as respostas das questões da entrevista semi-estruturada com os sujeitos pesquisados e a interpretação dos dados colhidos com a pesquisa, em uma perspectiva na relação com a questão ambiental e seus entendimentos.

## CAPITULO I

Não serei o poeta de um mundo caduco.  
Também não cantarei o mundo futuro.  
Estou preso à vida e olho meus companheiros  
Estão taciturnos, mas nutrem grandes esperanças.  
Entre eles, considere a enorme realidade. O presente é  
tão grande, não nos afastemos. Não nos afastemos  
muito, vamos de mãos dadas.

Carlos Drummond.

### **1 A “QUESTÃO SOCIAL” E A CRISE SOCIOAMBIENTAL: REFLEXO DO ESTREITAMENTO DAS RELAÇÕES SOCIAIS EM TEMPOS DO CAPITALISMO MUNDIALIZADO.**

A discussão sobre a questão social é diagnosticada como o advento das formatações do capitalismo moderno ou industrializado. Assim, a questão social foi constituída em torno das transformações econômicas, políticas e sociais ocorridas no século XIX na Europa, devido à industrialização. Primeiramente este enfoque na questão foi levantado quando, com a tomada por sua extrema visibilidade, a sociedade passa a manifestar formas ainda desarticuladas de tomada de consciência, das mazelas trazidas com essa ação de industrialização desenfreada, incidindo do trabalho urbano e da pauperização como fenômeno social, como as migrações e o êxodo rural. Atualmente a expressão “questão social” é usada como categoria que traz intrínseca em seu bojo as desigualdades e lutas sociais em suas múltiplas manifestações e todos os segmentos sociais envolvidos como sujeitos das suas expressões. (IAMAMOTO, 2007. p. 55)

Aproximamos a questão social às compreensões da contemporaneidade, porém, tem-se que observar que as expressões da questão social já manifestavam anteriormente a estruturação do capitalismo, com isso as diferenças da questão social na fase do capitalismo industrial para o anterior diz respeito ao surgimento de novos atores e novos conflitos tangendo as questões de classe. Assim a questão social se torna compreensão universal na qual, os contingentes podem ocupar na sociedade industrial, colocando que “a questão social se põe explicitamente às

margens da sociedade, mas 'questiona' o conjunto da sociedade" (CASTEL, 1998, p.34).

Assim sendo, o lugar do social é visto entre a organização política e o sistema econômico, deixando clara a necessidade de construir sistemas de regulação não-mercantil com o objetivo de tentar preencher esse espaço. Neste ponto, surge à questão do papel que o Estado é chamado a desempenhar, sua atual função de amenizar as expressões da questão social para manter o "funcionamento" de sua estrutura social.

A questão social, no Brasil, é pensada a partir da industrialização, quando surgem as lutas da população por terras. A partir dessas lutas de classes torna-se evidente a desigualdade social na sociedade. Para Netto (2001), nos diferentes estágios do capitalismo são produzidas variadas expressões da questão social.

A concepção de questão social, é entendida como expressão das desigualdades decorrentes da contradição capital X trabalho, é definida no âmbito do modo capitalista de produção. Para Carvalho e Yamamoto (2007, p. 77) e Cerqueira Filho (1982, p.21):

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão.

...é o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a 'questão social' está fundamentalmente vinculada ao conflito entre o capital e o trabalho.

Compreende-se que o fator gerador da questão social e suas manifestações, expressões é o conflito entre capital e trabalho, essa tensão entre aqueles que são donos dos meios de produção e os que vendem o único meio de transformação das suas relações com a natureza que é sua força de trabalho permanente.

Nesta perspectiva a relação social que se constitui em uma sociedade capitalista emerge do conflito entre o capital e o trabalho originando a exploração do trabalho humano pelo capital. Então, essas relações dão origem às relações de produção que se desenvolvem a partir de um modo de produção. Porque na sociedade capitalista o lucro torna-se mais importante que o trabalhador e o trabalhador por não se compreender como sujeito histórico e vislumbrado pelo fetiche da mercadoria aceita estabelecer estas relações, esse fetichismo da mercadoria e a reificação do trabalhador, isto é, a mercadoria adquiriu um valor superior ao homem coisificando-o, contribuindo para a alienação e manutenção do *status quo*.

A questão social é uma categoria da contradição do modo de produção capitalista, ou seja, os trabalhadores produzem a riqueza, e o capitalismo se apropria dela. Assim, ocorre que o trabalhador acaba por não aproveitar as riquezas por ele produzidas e o nível de desenvolvimento dessas forças produtivas materiais e as relações de produção correspondentes determinam segundo Marx (1983), os diferentes tipos de sociedade. As relações de produção modelam, portanto, a estrutura social e a separação de sociedade em classes. Quando as condições materiais de produção mudam, também se alteram as relações entre os homens que ocupam a mesma posição na sociedade de classes.

Assim, a questão social é também a questão da classe operária e de sua atuação referente à política, do reconhecimento pelo Estado, e a implementação de políticas.

a questão social diz respeito ao conjunto de desigualdades sociais geradas na sociedade capitalista e tem sua gênese na contradição entre a população coletiva e a apropriação privada da atividade humana – o trabalho, as condições necessárias à sua realização e seu frutos (IAMAMOTO, 2007. p. 50)

No que tange a historicidade sobre a concepção de questão social passa a ser mudada, ou seja, os que eram contradições entre abençoados e desabençoados pela fortuna, pobres e ricos, ou dominantes e dominados, passam a ser contradições entre burguesia e proletariados.

Aumenta-se a questão social nos grandes centros urbanos – industriais, pelo fato do grande crescimento da população. Contudo, surge a iniciativa da implantação do serviço social de grupo e frações de classes que se manifestaram. A questão social está ligada às forças produtivas, ao industrialismo e à ampliação de mercados. No entanto, afetando a classe trabalhadora na vida e em suas relações estabelecidas.

Existe uma questão social vasta, histórica e estrutural, difícil de reduzir a um problema, tendo em vista o modo econômico e a sociedade capitalista que hoje reina. Alternativas estão sendo buscadas pela sociedade. Contudo, os objetivos serão alcançados no longo prazo, pois a população não está totalmente organizada.

No entanto, quando se trata da superação da questão social é uma ação que levará muito tempo e cuja previsão se torna impossível diante da atual conjuntura mundial. É preciso mudar e transformar mentalidades, principalmente das futuras gerações. Garper (1995, p. 39) afirma que:

uma crítica completa ao capitalismo é, obviamente, um empreendimento demasiadamente complexo. Ilustrarei (...) os problemas capitalistas em quatro áreas: a irracionalidade da produção com fins lucrativos; a necessidade de desigualdade e exploração; a distração do valor e significado da vida humana e as características anti-democráticas básicas do sistema.

Forma-se o conflito e a desigualdade social. Por desigualdade social entende-se a concentração de renda na mão de poucos, ou seja, onde poucos têm muito e muitos têm pouco. Desigualdade é entendida também, basicamente, como condição ou estado, como qualidade daquele que é desigual, diferente; diversidade; inconstância, variação, vulnerabilidade; distinção, injustiça. (NETTO, 1994)

Desigualdade e exclusão social são características marcantes do atual contexto brasileiro. Desigualdade no que tange ao fato de não ter acesso a direitos, de não conseguir a satisfação das necessidades básicas para sobrevivência de qualquer ser humano; enquanto alguns possuem muito, outros nada têm.

Desigualdade é à base do sistema capitalista que visa o lucro e o consumo. Galper (1995) aborda a distorção dos valores humanos e do significado da vida e Benjamin et al (1998) enfatiza a baixa auto-estima do ser humano, além da crise de identidade. Vive-se num país em que a soberania se encontra abalada, a solidariedade foi posta de lado, o desenvolvimento não é o esperado, não se tem sustentabilidade. É necessário valorizar a população e o patrimônio brasileiro e trabalhar a questão da desigualdade e da ausência de soberania, sendo assim, faz-se necessária organização.

Existem vários tipos de exclusão, como a social, a econômica, a ambiental e a política. Em relação à exclusão social, são dificuldades ou problemas sociais que levam ao isolamento e até a discriminação de um grupo/indivíduo. Exclusão é “um fenômeno típico da atual fase do capitalismo, presente tanto nos países desenvolvidos como nos países emergentes” (LESBAUPIN, 2001, p. 31). Exclusão social pode ser compreendida como falta de acesso a bens e serviços e também à segurança, à justiça e à cidadania.

Há muito tempo escutamos o discurso positivista, onde se diz que os problemas sociais (Questão Social) são de responsabilidade única e exclusiva do indivíduo, não levando em consideração o meio que está inserido e os acontecimentos que este viveu no decorrer de sua trajetória para que o mesmo chegasse a estar naquele momento, passando por aquele problema. Conforme a autora Schimidt (2003, p. 13):

a complexidade acerca do entendimento do que seria exclusão social faz com que as mudanças que vêm ocorrendo no mercado de trabalho, por exemplo, a terceirização e suas conseqüências, sejam vistas como naturais pela sociedade. O trabalho precário e o desemprego estrutural “fazem desse processo um tema patético por sua magnitude social e pelo que ele gera de necessidade de mudança no modo de pensá-los” (WANDERLEY, 1997, p. 128). Existe uma questão social vista, histórica e estrutural, difícil de ser equacionada, tendo por base o modo como se constituiu econômica e socialmente a sociedade capitalista que hoje vigora.

Quando se considera o processo de “exclusão”, tem-se que considerar inúmeros fatores que independem somente do indivíduo, como por exemplo o êxodo



rural, onde os trabalhadores foram obrigados a sair do campo e vir para cidade e se sujeitar a ganhar salários baixos que mal dava pra suprir suas necessidades básicas quem dirá conseguir conquistar uma habitação digna. Outro aspecto é a burocracia que se tem para que uma pessoa possa adquirir espaço para cidadania, tudo isso, sem contar a má redistribuição de renda que existe em nosso país, como nos trás lamamoto:

Questão Social apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social e cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2007, p. 27).

Diante disto vemos as pessoas se obrigando a (sobre) viver de forma irregular e insalubre, nas beiras de rio, valas, ou em barrancos, geralmente em terrenos ocupados de forma irregular, estando também vulneráveis a estarem sendo obrigadas a desocupar estes locais a qualquer momento. Além do risco de vida que tem morando nestes lugares, existe também o risco social, uma vez que os moradores de áreas ocupadas irregularmente não são bem vistas perante a sociedade, que está sendo constantemente alienada.

## 1.2 A QUESTÃO SOCIAL E A CRISE SOCIOAMBIENTAL.

Apresentar a crise socioambiental é apresentar as expressões e manifestações da “Questão Social”, esta como reflexo das relações sociais estabelecidas no cotidiano da contemporaneidade. Observando que as relações sociais expressam de forma contundente as mesmas relações estabelecidas na relação de produção e reprodução capitalista e resultam em envolvimento e interações nos mesmos moldes.

As interações expressas nas relações sociais cotidianas na contemporaneidade, são permeadas pela contradição intrínseca da realidade social na sociedade capitalista moderna. Nestas relações a superficialidade das relações econômicas faz-se presente nas relações sociais e em todos os envolvimento sociais.

As relações sociais capitalistas geram tendências de comportamento com o meio ambiente que lhes são particulares. Um olhar superficial pode não ver esta especificidade devido ao resultado geral da poluição e depredação abranger todas as sociedades humanas, independentemente de sua especificidade histórica. Mas diferem tanto na causa quanto na forma, amplitude e ritmo com que se apresentam. A produção capitalista implica tendências exclusivas (FOLADORI, 1999, p.109).

Na compreensão que a questão ambiental é reflexo das manifestações, das expressões da “questão social” no cotidiano, pode-se estabelecer relação concreta entre a degradação permanente e do meio ambiente e o acúmulo de capital, com apropriação dos recursos naturais sem o menor pudor ou responsabilidade do coletivo, ou utilização desses recursos para a construção de riqueza e essa serem particularizadas e exclusivas, como bem expressa, Loureiro:

É preciso entender que esse movimento em direção ao consumo se dá porque há uma produção maciça, expansiva para fins de acumulação. E mais do que isso: quando se foca só o consumo, algo que é muito forte na educação ambiental se joga a responsabilidade unicamente no indivíduo. É aquela coisa assim: Você decide se usará batom x ou y, roupa a ou b. Ora, grande parte da população sequer tem esta discussão posta como possibilidade. Mesmo que se considere que uma parcela reduzida faz uma determinada escolha (não totalmente livre individualmente uma vez que esta escolha se refere ao status de classe e ao lugar social), é preciso entender que o impacto da produção de um objeto de consumo na cadeia

produtiva é muito maior do que o impacto final do consumo. (LOUREIRO, 2009, p. 05)

Há uma clareza na idéia de que o investimento nas relações sociais em tempos de capitalismo mundializado, imprime uma forma de utilizar o conhecimento como uma racionalidade instrumental, tanto no que pensar como no como pensar. Assumindo as questões colocadas nos cotidianos, como produção de resíduos, processo de exclusão pela cor, raça, etnia, entre outros de forma simplistas, superficiais. Esta racionalidade, resultado do processo de capitalista das relações sociais que imprime esse desrespeito crônico com o meio ambiente, produzindo e sendo produto da crise socioambiental.

A abordagem econômica inspirada em Marx parte do princípio de que a relação do ser humano com a natureza externa é sempre mediada por relações sociais. Significa que, enquanto os recursos naturais forem propriedades privadas de poucos, as causas profundas da crise ambiental não terão sido enfrentadas de forma crítica. Trata-se, portanto, de uma abordagem que apreende a crise ambiental como reflexo das contradições de classes inerentes ao sistema capitalista. Daí emerge a noção de crise socioambiental. (SOUZA-LIMA, 2004. p. 120)

Partindo da premissa da que racionalidade instrumental impera nos fazeres cotidianos da contemporaneidade é que o sistema capitalista se apropria deste pensamento superficial para reproduzir seus interesses. Temos que refletir frente ao que está colocado e manter o posicionamento de questionar essas estruturas e construir diálogos com outras formas de conhecimento como o histórico, cultural, entre outros.

Observando que a complexidade do ser social é produto de suas objetivações, isso nos traz a compreensão que o cotidiano de cada forma de organizar a sociedade pode nos diferenciar em momentos históricos, tendo especificidades próprias, colocadas pela cultura, costumes e valores, embora persistam aspectos estruturais do pensamento e do comportamento cotidiano.

A racionalidade instrumental e a complexidade das objetivações científicas persistem na relação de imediaticidade, própria da estrutura do pensamento e do comportamento cotidiano. Seria impossível um tipo de comportamento que suprimisse essa relação de imediaticidade posta no cotidiano. Se, para cada ação

realizada, o homem tivesse que pensar reflexivamente sobre sua causalidade e processualidade, as relações se colocariam de forma impraticáveis, neste sentido o cotidiano apesar de massificante exerce certas facilitações nas relações sociais.

O dialogo de saberes que é colocado como antagônico nos moldes capitalistas das relações sociais, se tornam instrumentos de enfrentamento ao avanço capitalista. Pensar formas de intervenção que não estão relacionadas ao pensamento hegemônico, que contrariam a lógica perversa do capital, possibilita o vínculo ao pensamento avesso a esta lógica, um foco progressista. Assim formas de organizar comunidades, de relacionamento social e envolvimento com o meio ambiente de forma coexistente e sustentável, são transformadas em instrumentos concretos de transformação social.

As novas lutas sociais no campo-que podem ser definidas como ambientalistas, no sentido em que articulam demandas tradicionais com um processo emergente de legitimação de seus direitos à autogestão dos recursos produtivos e à transformação do sistema político e econômico dominante (a luta pela transição para uma democracia na produção)—, afastam-se do conservacionismo ecologista e dos projetos individuais de automarginalização da ordem social dominante (as comunas ecológicas). Tampouco se inserem nos ‘comportamentos sociais desviantes’ pelo simples repúdio do modo de produção, por sua ruptura com a ordem política ou sua exclusão cultural, sem questionar e sem entrar em conflito com a ordem estabelecida.

Pelo contrário, os novos movimentos sociais do meio rural desafiam a hegemonia das forças políticas e econômicas, dos processos de decisão e governabilidade. Neste sentido, são lutas pela produção e pela Democracia, que trazem em si o germe da construção de uma nova racionalidade social produtiva.

Embora estes movimentos estejam fora dos esquemas de mudança do sistema político, da transformação do modo de produção e das lutas reivindicativas de classes (no sentido marxista tradicional), estabelecem novas solidariedades, alianças e efeitos simbólicos, que estão abrindo caminhos para a construção de uma nova racionalidade produtiva, através de um projeto de Democracia Direta (LEFF, 2009, p.340-341).

Nesta construção de artifícios e artimanhas para fazer frente à afronta capitalista a Educação ambiental é posta como instrumento transversal, podendo discutir a questão ambiental. A educação ambiental como forma de construção da relação sustentável com o meio ambiente deve ser um projeto político societário, postulando uma territorialização dos processos de produção, comercialização e apropriação sustentáveis dos recursos naturais.

A utilização da educação ambiental para tomada do processo de sensibilização e conscientização, sobre a questão ambiental valoriza as formas de organização social sustentáveis, e sua relação com o meio ambiente. Assim cada cidadão na prática de sua vida cotidiana pode participar, da destinação que se dá aos recursos naturais a sua volta, entendendo como parte do processo de destruição do meio ambiente e neste mesmo processo de forma dialógica, entender-se como parte da solução, para a manutenção e recuperação do meio ambiente.

## 1.2 “QUESTÃO SOCIAL” E CRISE SOCIOAMBIENTAL EM TEMPOS DE CAPITALISMO MUNDIALIZADO.

A nomenclatura do que é capitalismo mundializado é caracterizada pela mundialização das operações do capital, em sua forma industrial ou financeira, que se distânciava das meras formas de trocas das relações capitalistas iniciais e mercantis de acumulação. Estabelece relações mundializadas em toda a cadeia produtiva, absolvendo as fragilidades das relações trabalhistas, ambientais e sociais nas mais diversas culturas dos países no mundo.

Em seus primórdios, a internacionalização capitalista surge como "globalização das trocas", do mero intercâmbio de mercadorias, impostas pelo Ocidente ao Oriente. É a constituição de um mercado mundial que muitos confundem com a "globalização" propriamente dita. A "globalização" ou, para ser mais preciso, a mundialização do capital, vai caracterizar a nova etapa de internacionalização capitalista, ou seja, a globalização dos investimentos e da produção. E quando dizemos "mundialização do capital", compreende-se tanto o capital produtivo aplicado na indústria e nos serviços, quanto o capital concentrado que se valoriza conservando a forma-dinheiro. (ALVES, 1999, p.13)

A mundialização do capital é processo de dominação sustentado por um regime de acumulação financeiro hegemônico que hoje passa necessariamente por uma globalização das relações capitalistas. Como bem postula em seu posicionamento a autora.

Ele não é mundializado no sentido em que englobaria o conjunto da economia mundial numa totalidade sistêmica. Inversamente, ele é efetivamente mundializado no sentido em que seu funcionamento exige, a ponto de ser consubstancial à sua existência, um grau bastante elevado de liberalização e desregulamentação não apenas da finança, mas também do investimento externo direto [...] e das trocas comerciais. (CHESNAIS, apud CARDOSO, 2006, p42-43)

Uma das ilusões necessárias à sustentação ideológica do capitalismo mundializado é a ideologia de que vivemos hoje em uma sociedade do conhecimento tecnicista. Entre estes conhecimentos a ciência e a tecnologia, são extremamente valorizadas, pois enquadram conhecimentos em formas e métodos e metodologias práticas, desconsiderando e não dando ouvidos aos demais saberes,

assim, os dados colocados como pronto na realidade podemos pensar, estas relações sócias no sistema capitalista:

Ficam cada vez menos racionalmente justificáveis, em nome da saúde do mercado, dos estoques reguladores e das taxas médias de lucro do capital, as políticas que induzem a não produção de alimentos e remédios etc. ou destruição de toneladas dos mesmos. Trata-se de políticas criminosas que produzem, por problemas ligados direta ou indiretamente à fome e subnutrição, 30 milhões de mortes anualmente (RAPOSO, 2000, p.20). Também é insuportável o fato de que 4,5 bilhões de pessoas, especialmente nos países pobres, tenham para consumir apenas 14% da produção mundial e 1,5 bilhão se apropriem de 86% (FRIGOTTO, 2001, p.36) .

A diferença em relação ao consumo de alimentos é apenas um dos aspectos da extrema desigualdade social que sustenta o capitalismo mundializado. Este concentra cada vez mais não apenas as riquezas e o poder, mas também a ciência e a tecnologia (FRIGOTTO, 2001). Relação que tem sua imersão nos países que são colocados como em estágio de desenvolvimento como o Brasil.

Enquanto as decisões econômicas e as escolhas produtivas ficarem nas mãos de uma oligarquia de capitalistas, banqueiros e tecnocratas – ou no desaparecido sistema das economias estatizadas, de uma burocracia que escapa a todo e qualquer controle democrático – jamais sairemos do ciclo infernal do produtivismo, da exploração dos trabalhadores e da destruição do meio ambiente. A democratização econômica – que implica de socialização das forças produtivas – significa que as grandes decisões não são tomadas pelos “mercados” ou por um *politburo*, mas pela própria sociedade, após um debate democrático e pluralista, em que se oponham propostas e opções diferentes. É a condição necessária para a introdução de uma lógica sócio-econômica, e para uma outra relação com a natureza (LOWY, 2055, p. 155).

Contudo, com os elementos que dispomos, é possível evidenciar que o atual estágio de evolução da sociedade capitalista contemporânea, o conhecimento e os frutos da sua aplicação nas relações sociocultural, econômica, ou pessoal acham-se disponíveis somente para uma pequena parcela da humanidade, assim como os detentores do meio e modo de produção controlam a dinâmica social e da utilização dos recursos naturais. Frente ao imenso abismo que as relações sociais em tempos de capitalismo mundializado constituem a desigualdade social, a não distribuição da riqueza socialmente construída, a proliferação da pobreza, colocasse como necessidades intrínsecas ao desenvolvimento capitalista.

## CAPITULO II

“Esta cova em que estás com palmos medida  
É a conta menor que tiraste em vida

E a parte que te cabe deste latifúndio  
(É a terra que querias ver dividida)

Estarás mais ancho que estavas no mundo  
Mas à terra dada não se abre a boca”

Chico Buarque

## **2 VILA GOVERNADOR – PINHAIS – PARANÁ: CONSTRUINDO O COTIDIANO DE UMA ÁREA DE OCUPAÇÃO IRREGULAR.**

### **2.1 OCUPAÇÕES IRREGULARES: PRODUTO DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS HABITACIONAIS.**

A conjuntura nacional da situação habitacional no Brasil aparece quando o Ministério das Cidades indica que existem 12,4 milhões de famílias vivendo em assentamentos precários ou favelas no Brasil. Os motivos e os problemas causados por estas ocupações irregulares já foram amplamente debatidos, em especial, durante a elaboração e aprovação da Lei nº 10.257/01, conhecida como o “Estatuto da Cidade”.

A falta de uma política habitacional consistente voltada para as populações em área de risco e em situação de vulnerabilidade social, a presença de grandes vazios urbanos fruto de especulação imobiliária, a migração de trabalhadores do campo em busca de melhores oportunidades nas grandes cidades, a burocracia excessiva para a aprovação de projetos imobiliários e o advento de movimentos sociais de busca do acesso à moradia entre outros fatores, resultou, principalmente nas décadas de 80 e 90, em uma série de ocupações irregulares em nossas cidades, conseqüentemente as cidades vem sofrendo com problemas urbanísticos, sociais e ambientais. Como bem coloca Gomes:

O processo de urbanização que se deu de forma acelerada muda o cenário urbano: o traçado das velhas cidades já não corresponde às exigências da nova indústria nem ao seu grande movimento. As ruas, sem uma infraestrutura necessária, são alagadas, abrem-se novas vias de acesso e novas formas de transporte como os trens e os bondes. Isto é a cidade passa a refletir não só as transformações que se realizam no âmbito do capitalismo mundial, mas também se preparam para oferecer as condições necessárias



para o desenvolvimento industrial. Nesse contexto, destaca-se a precariedade das habitações, sobretudo das classes subalternas.(GOMES, 2005, p.2)

O enfrentamento do problema trazido pela ocupação desordenada sempre dependeu das ações do Poder Público – Estados, Municípios e União – que, com poucos recursos, trabalharam nos últimos anos para tentar reverter este processo, mas, infelizmente, ainda não conseguiram resolvê-lo de forma eficaz. Estas ações normalmente se restringiram a desapropriação e urbanização de áreas nestas condições para regularizá-las mais tarde aos ocupantes, o que se tornou, diante da demanda, um processo muito caro, agressivo e desrespeitoso.

Como exemplo disto, citamos o caso da COHAB/Curitiba, uma das mais ativas do nosso país, que segundo dados fornecidos pela própria instituição ao Jornal “Gazeta do Povo”, durante o período que antecedeu a eleição municipal de 2004, entre os anos de 1996 e 2004, foram regularizados 2.874 lotes em áreas de ocupação irregular presentes na Cidade, uma média de 359 lotes por ano. Neste ritmo, segundo a reportagem publicada pelo jornal, as ocupações irregulares de Curitiba levariam 140 anos para serem regularizadas, isto se nenhuma nova ocupação ocorrer, diferentemente do que é colocado pela mídia burguesa elitista, Curitiba tem mais de 250 mil famílias em área de ocupação irregular.

O Brasil tem hoje cerca de 80% da população vivendo nas cidades, sendo que 60% se concentra em apenas 224 dos 5.561 municípios, dos quais 94 são aglomerados metropolitanos com mais de um milhão de habitantes. É bastante comum ouvirmos que a dramática situação em que estão as cidades brasileiras é uma decorrência natural do crescimento acelerado de suas metrópoles. É como se o caos urbano, as favelas, o transporte precário, a falta de saneamento, a violência, fossem características intrínsecas às cidades grandes, justificando a enorme dificuldade do Poder Público em resolver esses problemas e gerir a dinâmica de produção urbana. (FERREIRA, 2005, p. 04)

Informações como esta reforçavam a necessidade de que era preciso estabelecer um novo sistema de regularização, onde a solução para áreas irregulares de ocupação não dependesse somente do poder público e sim de todos aqueles que, de uma maneira ou de outra, estavam envolvidos com o problema – proprietários, ocupantes, prefeituras, governos, juízes e promotores, entre outros.

Em sintonia com esta realidade, em 2001 foi criada a Empresa Terra Nova, primeira instituição especializada em regularização fundiária sustentável no país, que se dispôs a mediar conflitos entre proprietários e ocupantes de algumas áreas de ocupação irregular consolidadas nos Municípios de Pinhais, Matinhos e Paranaguá, ambos situados no Estado do Paraná, onde mesmo depois de muitos anos ainda havia o risco de despejo das famílias de suas moradias, quase todas de baixa renda.

Com a utilização de instrumentos legais que garantem o acesso à propriedade formal por parte dos ocupantes, foi inaugurando um modelo viável de intervenção, que além de encerrar de forma amigável, vários conflitos judiciais que se arrastaram durante anos nos respectivos fóruns sem solução, permitiu que as famílias envolvidas nestes processos, por meios próprios, tivessem acesso ao título de propriedade dos lotes onde vivem, redefinindo o papel do estado no processo que passou a ser um parceiro e não mais o provedor.

Esse trabalho inicia-se através de um estudo de viabilidade junto aos órgãos competentes, onde detecta-se a possibilidade ou não de operar a regularização da área em questão, bem como, as diretrizes de zoneamento, arruamento e outros indicadores que serão necessários à elaboração do projeto de parcelamento.

Após atestar a viabilidade de regularização da área, são iniciados os contatos com proprietários e ocupantes para saber acerca do interesse em uma composição amigável. Havendo interesse das partes iniciam-se as negociações.

Junto aos proprietários é assegurado, mediante contrato, o percentual que irá ser repassado a título de prestação de serviços e a indenização que será recebida pelos mesmos dos ocupantes que aderirem ao processo.

Em relação aos moradores, inicia-se o processo promovendo uma série de pesquisas, reuniões, assembléias e audiências públicas, organizando as lideranças em torno de uma comissão ou associação de moradores, que ficou responsável por representar os moradores nas negociações. Estes procedimentos auxiliam na conscientizando da comunidade sobre a importância da regularização para o futuro do bairro.

Depois de organizados, os representantes dos moradores participaram das reuniões que foram realizadas junto ao poder público para definir as condições e custos do projeto de regularização e junto aos proprietários para negociar o valor da indenização. Tais valores são discriminados no acordo judicial que será levado para homologação em Juízo e servem para fixar o valor do metro quadrado que será pago pelos ocupantes que quiserem regularizar seus lotes.

O referido acordo estabeleceu que os moradores interessados em formalizar suas propriedades concordam em bancar os custos para viabilizar a aprovação do projeto, bem como pagar a indenização aos proprietários que, por sua vez, manifestam a concordância para que os moradores contratem os serviços da instituição para a regularização fundiária de seus lotes.

Ressalta-se ainda que o acordo judicial somente vincula as pessoas que aderirem posteriormente de forma expressa aos seus termos, procedimento efetuado por intermédio de um “Contrato de Adesão à Regularização Fundiária” que cada morador assina de forma individual e cujos termos constam no texto homologado em Juízo.

Assim, dentre as incumbências da Instituição está à administração da carteira oriunda dos valores pagos pelos moradores e cuja quitação integral é condição para que se opere a aquisição da propriedade por parte dos mesmos. Os pagamentos são recebidos por uma Instituição Financeira cuja conta corrente está especificada no acordo judicial.

Vale lembrar que disponibilizou-se aos moradores uma ampla negociação acerca da forma de pagamento, que poderá ser feita em parcelas mínimas de R\$ 70,00 (setenta reais) mensais, corrigidas com base em índices que giram em torno de 8 % (oito por cento) ao ano. A capacidade financeira de cada ocupante é considerada. As famílias em situação de vulnerabilidade comprovada podem regularizar seus lotes pagando uma prestação ainda menor ou até mesmo através de um contrato de comodato ou de concessão de direito real de uso, sem custos. Estas exceções ficam a critério de uma Câmara Técnica composta por

representantes da Instituição, dos moradores, proprietários e, se for o caso, órgãos públicos.

A não adesão ao processo de regularização por parte de algum morador resistente ou o descumprimento dos seus termos para quem aderiu, acarreta a continuidade da eventual ação possessória em curso ou a propositura de uma nova ação pelo proprietário visando a desocupação individual do lote. Ressalta-se que a referida desocupação é medida extrema e passível de reversão, caso o morador concorde em anuir ao processo de legalização do parcelamento.

Os projetos visam a manutenção das famílias na área, respeitando dentro do possível, a configuração da ocupação instalada, adequando as situações necessárias para atender os parâmetros urbanísticos e ambientais exigidos pelos órgãos competentes, tais como, implantação de infra-estrutura, mitigação ou reversão dos impactos ambientais causados pela ocupação desordenada, realocação de famílias que ocupam áreas impróprias para moradia, entre outros.

As atividades da TERRA NOVA tiveram uma repercussão direta na dinamização da economia local. O impacto social foi imediato na medida em que o ocupante se tornou proprietário e o cidadão passou a pertencer à cidade formal, alterando suas condições familiares e do grupo a que pertence. Um progresso que repercutiu em toda a cidade. Houve uma melhora real na vida das pessoas, pois nesta metodologia, não há como fazer regularização fundiária sem o envolvimento direto da população e sem atuação nos seus principais problemas. (TERRA NOVA, 2011, p 100)

## 2.2. A VILA GOVERNADOR - PINHAIS: CONTEXTUALIZAÇÃO.

A Vila Governador na Cidade de Pinhais – PR é uma das ocupações irregulares do município de Pinhas – PR, a beira do rio Palmital, situada na parte Norte do município, entre a Avenida Jacob Macanhan e o rio Palmital, tem na sua planta cadastral uma área de 58,220,55 m<sup>2</sup>, onde atualmente residem 140 famílias que ocupam o espaço, para moradia, lazer e trabalho, muitas delas vivem de forma

precária e em situação de risco ou vulnerabilidade social, a ocupação se deu aproximadamente há 15 anos, por motivação política e desde então os moradores e os proprietários de direito estão travando uma briga judicial.

A comunidade ao longo da história vem se organizando em associações de moradores para manter a resistência organizada frente aos mandados de desocupações do solo e assim firmando o propósito digno do direito à moradia, garantido na Constituição Federal 1988.

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta. (BRASIL, 1988 p. 10).

O Estatuto das Cidades, lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001 estabelece instrumentos para as regularizações fundiárias de forma a não prejudicar ainda mais as vidas das famílias que residem em área de vulnerabilidade social ou risco.

No ano de 2002, por intermédio da instituição Terra Nova, foi construído um acordo judicial onde cessou anos e anos de briga judicial entre o proprietário legal os ocupantes de fato da propriedade e pode dar início ao processo de regularização fundiária (situação atual).

Do início de atuação da Instituição até os dias de hoje, o avanço nas questões relacionadas à regularização fundiária e envolvimento comunitário é nítido com a realização de reuniões mensais, capacitações para lideranças comunitárias, pesquisas sociais e ambientais com a comunidade entre outras. Contudo o processo de regularização fundiária que é moroso e desgastante está sendo conduzido de forma tranqüila e envolvente na comunidade da Vila Governador Pinhais – PR.

Diante da diversidade heterogênea estabelecida no cotidiano das famílias residentes em áreas de ocupações irregulares em situação de risco ou vulnerabilidade social, a comunidade se concretiza e fundamenta seu direito constitucional, pela via da conquista social, da busca por direitos e se fazendo observar.



**FIGURA 1: FOTO DA ÁREA DA VILA GOVERNADOR – PINHAIS**

Fonte: Google Erth.

### 2.3 A QUESTÃO HABITACIONAL

Para entendermos a questão urbana, temos que partir do princípio estrutural da organização, os quais estão ligados ao modo de produção capitalista desenvolvidos pela industrialização. Ressaltando que a lógica do capitalismo é de acumular capital e deter os meios de produção, assim surgindo às lutas de classe, onde o direito à cidade (moradia) se depara com essas lutas.

Diante desta situação, Silva (1989, p.34) afirma que:

...a localização geográfica da cidade decorre do fato de a “escolha” do local de moradia ser condicionada por uma restrição, sobretudo do Estado, uma vez que o capitalismo, industrialização e proletarização são fenômenos imbricados (SILVA, 1989, p. 34).

Na década de 70, com políticas de desenvolvimento e modernização das agriculturas adotadas por sucessivos governos desenvolvimentistas. O incentivo ao plantio extensivo, para exportação, e de pastagens, em substituições às culturas mais tradicionais e de menor porte, fez surgir a agronegócio e intensificam o êxodo rural.

Nesta década entre 70 e 80 há principio de refluxo nas pequenas e médias propriedades rurais. Contudo forma-se um adensamento populacional para as grandes cidades. A escassez de habitações e a ausência de política habitacional apta a atender à demanda existente, acabaram por forçar inúmeras famílias a ocuparem irregularmente áreas ociosas, com a conseqüente deterioração do ambiente urbano e das relações sociais na cidade. Após, inicia-se conflitos entre donos de terras lutando por seu direito por título da terra e a população lutando por seu direito de posse à moradia.

Segundo Silva (1989), até a década de 1940 as intervenções do Estado em relação à questão urbana eram mais de cunho sanitaria para o controle de forças de doenças. Todas as medidas do Estado, a partir dessa data, levado pelo interesse econômico e político e preocupado com o desenvolvimento da indústria, só contribuíram para a segregação sócio-espacial da cidade.

Nos últimos anos o aumento da população urbana e o empobrecimento da população aliados, à falta de recursos governamentais para investir em programas sociais que causaram uma queda sensível na qualidade de vida nas cidades. A habitação, um dos setores mais afetados por esta crise, apresentou um dos piores desempenhos de sua história.

O problema da falta de moradias, que sempre foi crítico, agravou-se. Ao mesmo tempo, os recursos para novas construções tornaram-se escassos e isso fez

surgir, nas principais cidades brasileiras, um aumento da tensão social. Conforme nos exemplifica a autora Schmidt:

A realidade social marcada pelo processo intenso de urbanização e pela forma de concentração da população em regiões metropolitanas, é marcada pela exclusão sócio-territorial. Para os habitantes das cidades que não tem poder de comprar aquelas camadas da população que vivem com baixa renda, são reservados os espaços periféricos, em áreas irregulares, muitas vezes são áreas com carência de infra-estrutura que determinam na vida de seus habitantes, uma multiplicidade de exclusões (SCHMIDT, 2003, p. 05).

Os municípios, sem dinheiro para aplicar em programas habitacionais, passaram a ser pressionados por uma demanda que não podia ser atendida em curto prazo. Parafraseando Schmidt (2003, p.06):

A necessidade de planejar a expansão e a organização do espaço urbano colocou para o poder público a tarefa de legalizar “a cidade dos excluídos”, sendo a regularização fundiária um dos instrumentos usados para dar legalidade nas áreas de ocupação. Após o processo de regularização fundiária, o habitante das áreas de ocupação torna-se então, frente ao poder público um cidadão, com direito de reclamar a construção da infra-estrutura necessária no seu local de habitação.

Sem oferta satisfatória de novas moradias, muitas cidades apresentaram um crescimento desordenado em suas áreas periféricas, representado pelas ocupações irregulares. Terrenos públicos e particulares passaram a ser ocupados por milhares de famílias em condições absolutamente precárias, à margem de qualquer apoio oficial. As ocupações, normalmente, ocorreram em áreas consideradas impróprias à habitabilidade: fundos de vale, locais insalubres, sujeitos a alagamento ou ainda que ofereciam risco de vida à permanência das famílias.

Moradia digna é aquela localizada em terra urbanizada, com acesso a todos os serviços públicos essenciais por parte da população que deve estar abrangida em programas geradores de trabalho e renda. Moradia é um direito humano, afirma o Tratado dos Direitos Econômicos e Sociais da Organização das Nações Unidas (ONU), ratificado pelo Brasil em 1992, e como tal deve ser reconhecido, protegido e efetivado através de políticas públicas específicas (PROJETO MORADIA, 2000, p.12).

Pode-se observar que metrópoles como Curitiba, onde há aproximadamente vinte anos sem ter investimentos na área da habitação para as pessoas em situação de vulnerabilidade social ou risco. A cidade vem crescendo cada vez mais, sofrendo



ainda as conseqüências da falta de habitação ou precarização dela, assim outras expressões da questão social como, por exemplo: violência, a falta de educação, de saneamento básico, atendimento medico, o trabalho desumano e a exploração do trabalho infantil em decorrência da falta dos investimentos no desenvolvimento sustentável da cidade.

Esses problemas apresentados são reflexos de um problema estrutural e de um modo de produção capitalista, onde apresenta enorme desigualdade social com isso à necessidade de políticas publicas eficientes de trabalho, no sentido de possibilitar aos sujeitos acesso aos bens como: habitação, educação, saúde, e uma questão que não podemos esquecer que são as condições que foram dadas as pessoas para que elas pudessem vir a ser autônomo.

Marx (1983, p.123) cita que o primeiro ato histórico “os homens devem estar aptos para poder fazer historia”, mas para viver é preciso antes de tudo suprir as necessidades básicas como, por exemplo; comer, beber, vestir-se, morar, para que à medida que o homem satisfaz as necessidades prioritárias ele possa a obter outras necessidades até chegar ao ultimo que é a consciência que tomamos da realidade social e constroem coletivamente o ser social através do trabalho.

Ainda o como exemplo o município de Curitiba não conseguiu evitar esta situação. Embora tenha, desde o início da crise no setor habitacional, procurado criar mecanismos para financiar seus programas, a cidade sofreu com os problemas de ocupações irregulares. Em janeiro de 1993, um levantamento feito por órgãos da Prefeitura Municipal indicava a existência de um total de 179 áreas de ocupação irregular, que abrigavam 31.690 famílias.

Segundo dados do IPPUC (2004), Curitiba vem se destacando no cenário nacional, nos últimos anos, principalmente por implementar um estilo de desenvolvimento urbano baseado na melhoria constante da qualidade de vida de sua população. Hoje são 75 os bairros da cidade e neles cresce a população e a demanda por serviços públicos. Assim, as metas habitacionais têm sido segundo o Instituto de Planejamento Urbano de Curitiba - IPPUC, constantemente revistas para que não se perca o crescimento harmônico e para que as oportunidades para a população se distribuam de forma homogênea.

A execução da política habitacional tem que ser entendida como um conjunto integrado de ações para resolver o problema de moradia digna, é de responsabilidade da comunidade como um todo, Associação de moradores, Universidades, Instituto, Prefeituras e sempre articuladas com as ações do governo estadual e governo federal.

Vale destacar o aspecto da política de habitação tem que buscar englobar não só a questão da falta de moradia, mas também, levar em consideração outras questões sociais que são encontradas quando se da o perfil das áreas de ocupação, que em sua grande maioria apresentam problemas, como analfabetismo, falta de documentação, desemprego, gravidez na adolescência, degradação do meio ambiente entre outros.

## **CAPITULO III**

"Não tem certo, nem errado! todo mundo tem razão, porque o ponto de vista, que é o ponto da questão."

Raul Seixas

### **3 METODOLOGIA, FASE EXPLORATÓRIA E ANÁLISE DOS DADOS EM UMA HERMENÊUTICA DIALÉTICA DA PESQUISA.**

O presente, capítulo, apresenta a construção da pesquisa, a metodologia aplicada e sua hermenêutica dos dados colhidos, embasando em categorias a luz do materialismo histórico dialético e compreensões da teoria socioambiental.

#### **3.1 PREMISSA DA PESQUISA, FASE EXPLORATÓRIA E ANÁLISE DOS DADOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS.**

A presente pesquisa teve sua primazia exploratória baseada na observação do cotidiano da Vila Governador - Pinhais. Essa observação empírica foi constituindo com ares de científica no que tange a aproximação das ações cotidianas com os conceitos teóricos abordados nas compreensões sociais e nas teorias da crise socioambiental.

Nesse contexto as reflexões teóricas aqui discutidas explicitam o prisma do Serviço Social, desde que colocado na mediação das relações entre a comunidade e o envolvimento com o meio ambiente.

O Serviço Social é detentor de conhecimentos pluralistas, atentos às novas demandas que surgem no perpassar das relações econômicas, ambientais, culturais e sociais com perspectiva dá respostas satisfatórias aos usuários sempre no viés da construção coletiva da práxis social.

Partindo do pressuposto de entendimento que segundo lamamoto (2007, p. 23)

o Serviço Social requer olhos abertos para o mundo contemporâneo para decifrá-lo e participar de sua criação, desenvolvendo um trabalho pautado no zelo pela qualidade dos serviços prestados, na defesa da universalidade dos serviços públicos, na atualização do compromisso ético-político com interesses coletivos da população usuária, que constitui a base para a construção da pesquisa.

Assim obtendo como objetivo geral: *Buscar no cotidiano da Vila do Governador elementos reveladores da relação da comunidade com o meio ambiente.* Buscando na pesquisa identificar a relação comunidade e meio ambiente.

### 3.1.2 Aspectos metodológicos

A presente monografia teve como embasamento teórico metodológico a teoria social crítica marxista, o Materialismo Histórico Dialético e suas vertentes e entendimento em autores marxistas, e ainda entendimento e interpretações de autores que discutem a atual crise socioambiental, como: Leff, Foladori, Souza-Lima entre outros, sendo trabalhado na construção, aplicação, interpretação e reflexão dos dados colhidos, analisando a construção histórica da “Questão Social” e suas manifestações como crise socioambiental.

Ideologia e ciência do marxismo. Oposição clara de toda a forma de positivismo e estruturalismo. Considera-se materialismo, porque sua interpretação da natureza, concepção dos fenômenos naturais e sua teoria são materialistas. Considera-se dialética, porque sua aproximação (método e estudo) dos fenômenos naturais e dialética. (RICHARDSON, 2004, p. 44)

A monografia caracteriza-se como pesquisa qualitativa com dados quantitativa, pois visa discutir dados que vão além dos expressados prontamente, e sim os apresentados pelas subjetividades dos sujeitos envolvidos. Esta modalidade

tem capacidade teórica de interpretar os dados intrínsecos e subjetivos dos pesquisados e apresentar dados concretos da realidade vivenciada.

A interpretação dos fenômenos e a atribuição de significados são básicas no processo de pesquisa qualitativa. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave. É descritiva. Os pesquisadores tendem a analisar seus dados indutivamente. O processo e seu significado são os focos principais de abordagem (LAKATOS, 1986 p.145)

Os métodos quantitativos são, essencialmente, instrumentos auxiliares para a descrição. Ajudam a focalizar com maior detalhe as regularidades que se apresentam nos dados coletados pelo pesquisador. As médias, taxas e porcentagens são formas de resumir as características e as relações que se encontram nos dados (MITCHELL, 1987, p. 81-82).

A abordagem das pesquisas qualitativas com dados quantitativas oferecem perspectivas diferentes, mas não necessariamente pólos opostos. De fato, elementos desta abordagem fornecem mais informações do que poderia se obter utilizando um dos métodos isoladamente.

Para atingir os objetivos propostos foi selecionado de forma direcionada e intencional cinco sujeitos, atores sociais da comunidade da Vila Governador, sendo três moradores que tem sua residência próxima ao rio Palmital e por essa proximidade já sofreram de alguma forma com a ação de degradação do meio ambiente e duas lideranças comunitárias “atuantes”, entendendo que “atuantes” é a liderança que traz consigo e por seus atos a compreensão das problemáticas do coletivo dos moradores e os representam de forma contundente interesses e idéias coletivos.

Como instrumento de coleta de dados foi escolhido a “observação” como instrumento intrínseco da interação da pesquisa e a “entrevista semi-estruturada”, pois, têm abrangência na coleta dos dados necessários e ainda não engessa a relação sujeito pesquisador e sujeito pesquisado.

...a entrevista semi-estruturada tem como característica questionamentos básicos que são apoiados em teorias e hipóteses que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos a novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador. ...afirmando que a entrevista semi-estruturada favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas

também sua explicação e a compreensão de sua totalidade, além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações (TRIVIÑOS, 1987, p. 146, 152).

Compreendendo que toda a relação social é permeada pela categoria da mediação, podemos analisar a atuação de pesquisar e produção do conhecimento como suspender o cotidiano e partindo do abstrato para o concreto e a passagem da singularidade para universalidade particularizando a ação dos sujeitos na pesquisa como coloca Pontes:

Não pode existir nem na natureza, nem na sociedade nenhum objetivo que neste sentido [...] não seja mediado resultado de mediações. Deste ponto de vista a mediação é uma categoria objetiva, ontológica, que tem que estar presente em qualquer realidade, independente do sujeito... (PONTES, 1995, p. 2)

A execução da pesquisa teve suas análises teórico-metodológica, e sua compreensão, ético-política, com a aplicação, técnica-operativa. Para o alcance da Práxis Social através de uma visão Teleológica, observando os autores que discutem a crise socioambiental e o projeto ético-político do Serviço Social, tem-se

...através das mediações e que se efetiva o movimento dialético, ou seja, a preocupação, face a totalidade concreta, de pensar as contradições entre as partes que compõem e a união entre elas, numa perspectiva de permanente transformação" (BATTINI, 1991, p.19)

Reconhecer a instrumentalidade como mediação significa tomar o Serviço Social como totalidade constituída de múltiplas dimensões: técnico-instrumental, teórico-intelectual, ético-política e formativa e a instrumentalidade como uma particularidade e como tal, campo de mediações que porta a capacidade tanto de articular estas dimensões quanto de ser o conduto pelo qual as mesmas traduzem-se em respostas profissionais. (GUERRA, 2000, p.12)

A presente monografia, portanto, trabalhou na perspectiva da compreensão socioambiental dos sujeitos envolvidos no cotidiano da Vila Governador, local onde se estabelecem as relações sociais entre meio ambiente e moradores, e em que se buscam seus direitos. Nesse sentido, o território apresenta-se como o espaço de

relações sociais e campo de disputas e precisa ser considerado na sua totalidade para toda e qualquer ação ou intervenção.

### 3.2 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.

A aplicação da pesquisa qualitativa com dados quantitativa aos moradores e lideranças comunitárias da Vila Governador, adaptada à nova realidade concreta vivenciada, foi realizada no dia 23 de julho de 2011.

As lideranças foram convidadas a participar da pesquisa, ao contrário dos moradores que por intermédio das lideranças foram mobilizados com um aviso enviado com três dias de antecedência.

A abordagem e a entrevista com os pesquisados ocorreram de forma tranqüila e envolvente. As Lideranças comunitárias foram entrevistados na casa do presidente da Associação - sede provisória da Associação de Moradores Vila Governador. As entrevistas com os moradores foram realizadas em suas residências.

As questões que nortearam esta pesquisa foram elaboradas com o intuito de subsidiar o entendimento e a compreensão que os atores sociais envolvidos no cotidiano da Vila Governador têm sobre o tema: “EDUCAÇÃO AMBIENTAL: elementos reveladores da relação da comunidade com o meio ambiente”.

A pesquisa foi dividida em duas etapas de interpretação e compreensão.

- Primeira etapa: apresentação e interpretação de uma tabela com os dados quantitativos dos pesquisados.
- Segunda etapa: apresentação dos dados qualitativos e interpretação à luz da hermenêutica dialética e subsídios da questão ambiental.

TABELA 1 : Dados quantitativos.

Tabulação da Pesquisa Quantitativa							
Lideranças e Moradores	Idade do chefe da Família:	Gênero:	Nível de Escolarização chefe da família.	Quantas pessoas residem na casa.	Desenvolve atividade de trabalho e renda (formal/informal)	A família Utiliza os aparelhos públicos na comunidade quais.	A quantos Anos a família reside na comunidade
1	30	F	4ª Série do Fundamental	4	Informal, Vendedora	Sim, US, CRECHE, Escola, Campo de Futebol, Igreja, Associação de Moradores, clube de mães	10 anos
2	55	M	2º Ano do Médio	4	Informal, Pedreiro	Sim, US, CRECHE, Escola, Campo de Futebol, Igreja, Associação de Moradores.	mais de 30 anos
3	25	M	3º Ano do Médio	3	Formal, Comercio local	Não, achamos perigoso	5 anos
4	35	F	8ª Série do Fundamental	5	Formal, empregado da industria	Sim, US, CRECHE, Escola e Campo de Futebol	8 anos
5	60	M	4ª Série do Fundamental	4	Aposentado	Sim, CRAS, CRECHE, US, Escola e Praças	25 anos

### 3.2. 1 Interpretação dos dados Quantitativos.

A pesquisa utilizou para coleta de dados 15 questões sendo que 7 são de interpretação quantitativa.

Para melhor compreensão, interpretação dos dados e sigilo da pesquisa foi atribuída aos pesquisado uma numeração que inicia com o numero 1 e 2 aos sujeitos pesquisados que são lideranças comunitárias e 3,4, e 5 aos sujeitos pesquisados moradores da comunidade.



A primeira etapa da hermenêutica da pesquisa é a apresentação dos dados quantitativos na tabela 1. De acordo com os dados, da pesquisa 60% dos pesquisados são homens, que declararam chefiar a família de 3 a 4 membros, possuem entre 25 a 60 anos, estudaram em media 7ª anos e 40% são mulheres que também declararam que chefiam suas famílias de 4 a 5 membros, possuem entre 30 a 35 anos e estudaram em media 4 anos. Dos homens pesquisados, 50% declararam estar em emprego formal, 25% são aposentados e 25% são trabalhadores informais. Das mulheres pesquisadas, 50% são trabalhadoras formais e 50% desenvolvem atividade profissional informalmente.

Podemos observar na tabela 1 que 80% dos pesquisados utilizam os espaços e equipamentos públicos destinados a comunidade, sendo os mais utilizados: Escolas, US, CRAS, Praças, Campos de Futebol, CRECHE, Associação de Moradores, Igrejas, Clube de mães. 20% dos pesquisados declararam que não utilizam os espaços da comunidade, por não considerar um lugar seguro.

Observando a tabela 1 podemos concluir também, que os pesquisados residem na comunidade de 05 a mais de 30 anos, com tempo para poder ter uma visão mais densa da dinâmica da comunidade.

A análise da tabela nos mostra certa conformidade dos dados colocados aos olhos dos pesquisadores no que se refere à situação de empregabilidade e faixa etária, evidenciando um razoável processo de aumento do emprego formal no Brasil porem a situação da mulher e mais complicada, podes se observar na pesquisa que a problemática nacional da questão de gênero também reflete nos sujeitos aqui pesquisado do gênero feminino. Como coloca Prado:

Em todo o país, no mês de abril, 1.774.378 postos de trabalho foram criados com carteira assinada, enquanto 1.502.153 trabalhadores foram desligados, gerando um saldo positivo de 272.225 postos de trabalho. (PRADO, 2010, p. 245)

A tabela também traz a tona, um dado que já vem sendo observado como uma vertente de arranjo e rearranjos: famílias com uma baixa quantia de membros,

podendo-se traduzir em uma redução gradual da população, reflexo de planejamento famílias e/ou influencia do modelo econômico vigente.

Atualmente a média de filhos da mulher brasileira é de 2,3 filhos, abaixo da média mundial que é de 2,6, e já foi de 6,3 na década de 1960. Segundo o IBGE, a população brasileira será de 215.287.463 pessoas em 2050, apresentando uma taxa de crescimento vegetativo negativa (-0,291). (IBGE 2008. p.3)

A tabela 1 mostra também que o nível de escolaridade comparado a faixa etária se mostra baixo, imprimindo uma situação de risco aos pesquisado, pois, se não a uma formação em um período em que a empregabilidade não estiver em patamares atuais, essas famílias podem vir a atravessar períodos difíceis.

A maioria dos sujeitos pesquisados utilizam os espaços público, referenciando uma apropriação dos espaços coletivos como forma de socialização e transposição do cotidiano, despertando o sentimento de pertence com a comunidade.

### 3.2.2 Apresentação e Interpretação dos dados Qualitativos.

A segunda etapa da interpretação dos dados pesquisados vem apresentar a compreensão dos sujeitos pesquisados acerca dos questionamentos levantados pela pesquisa.

Das 15 questões elaboradas, 8 são de análise qualitativa e para atingir o objetivo proposto, essas questões foram formuladas em uma ordem do envolvimento histórico com o território e com a comunidade, sendo intrínseca a relação com o meio ambiente e a percepção do sujeito enquanto atores e atrizes dessa relação.

A primeira questão qualitativa apresentada para os pesquisados foi à seguinte; **“Quais os motivos da mudança para a comunidade?”** Esse questionamento visa compreender qual a idéia e percepção do sujeito pesquisado acerca de sua realidade histórica e da realidade histórica da comunidade.

Como os questionamentos se interligam a segunda questão qualitativa apresentada para os pesquisados foi à seguinte: **“Vocês sabiam que esta área era uma ocupação irregular quando mudaram?”**. Esse questionamento visa

compreender se os pesquisados detinham o conhecimento da ilegalidade funcional da terra e suas compreensões sobre esse fato.

Para responder ao primeiro e o segundo questionamento, buscando compreender e interpretar os dados obtidos, foram selecionados os sujeitos entrevistado: 1, 2, 3, 5; para responder a primeira questão; e os sujeitos entrevistados: 1, 2, 3, 4,5, para responder a segunda.

Primeira questão:

**1ª “Separei do meu ex, e foi o lugar que consegui comprar”**

**2ª “Na época! Nós fomos convidados para ocupar aqui, porque o pessoal do partido tinha descoberto que o proprietário ia perder para Prefeitura”**

**3ª “Preço Baixo”**

**5ª “Fui um dos primeiros moradores, eu que ajudei a ocupar aqui! Porque eu tava sem casa e precisava morar em algum lugar”**

Segunda questão:

**1ª “Sabia, mas o pessoal da associação me garantiu que ia ser regularizada”**

**2ª “Nossa isso aqui era um banhado nos que aterramos e abrimos lotes, ocupamos e procuramos a TN para fazer a regularização”**

**3ª “Sabia que estava sendo aprovado o loteamento”**

**4ª “Sabia, mas o morador anterior falou que ia se regularizado”**

**5ª “Nós sabíamos que estava abandonada e que o dono devia o IPTU para prefeitura”**

Dos entendimentos proferidos pelos pesquisados pode-se perceber a relação intrínseca das falas, com as categorias da territorialidade e Direito Social. Pois os depoimentos traduzem a necessidade eminente de moradia e a dificuldade do acesso ao direito a cidade, naquele período histórico.

As condições socioeconômicas nas quais os pesquisados se encontram podem ter influência direta na compreensão dos seus direitos sociais, e é nesse

momento que a intervenção do profissional se faz necessária e materializa suas apreensões do conhecimento teórico apreendido.

Ainda na compreensão das falas é possível perceber a relação que estabelecida com o a categoria do território que nos é colocada por Santos (1978, p. 187): “O território é o dado essencial da condição da vida cotidiana”. E ainda para Santos (1978) espaço que é citado nas falas se conceitualiza como indivisível dos seres humanos que o habitam e que o modificam todos os dias, através de sua tecnologia. Em sua concepção, o espaço era ao mesmo tempo forma como as estruturas de uma imagem de satélite de nossa cidade e função do processo de ações humanas que constroem a paisagem. Esta noção do espaço como um conceito híbrido, em permanente mudança, está na base de sua síntese: “o espaço é um conjunto de objetos e um conjunto de ações”.

De forma direta, território é o produto histórico do trabalho humano, que resulta na construção de um domínio ou de uma delimitação do vivido territorial, assumindo múltiplas formas e determinações: econômica, administrativa, bélica, cultural e jurídica. O território é uma área demarcada onde um indivíduo, ou alguns indivíduos ou ainda uma coletividade exercem o seu poder. Assim o território contém o espaço e não, a utilização do território pelo povo cria o espaço (SANTOS, 1978, p. 189)

Compreendendo que é no território onde as relações sociais se estabelecem, materializam e se contrapõem e propõem em uma relação dialética constante.

Nas falas sobre o questionamento colocado, podemos observar a procura de formas de acesso a terra, moradia, fica muitas vezes a mercê da sorte ou mesmos nos casos onde há uma entidade que venha a organizar as formas de ocupações, o desfecho muitas vezes não é satisfatório, devido os interesses econômicos, hegemônicos dos agronegócios, especulação imobiliária, etc., Assim podemos enquadrar na categoria do Direito Social colocada pela OIT (1987) e Gramsci (1977) como:

...proteção que a sociedade proporciona a seus membros, mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais, que de outra maneira, derivariam do desaparecimento ou da forte redução dos seus rendimentos em consequência da enfermidade, maternidade, acidente de trabalho, enfermidade profissional, desemprego, invalidez, velhice e morte,

bem como da proteção sob a forma da assistência médica e do apoio à família com filhos (OIT, 1987 p.10)

...a história revela que o nascimento das leis e do direito sempre demandou uma luta para a sua afirmação, porque o direito se apresenta como a criação de um novo costume..., o pressuposto para a criação do direito não é o costume, mas a luta de classes. O direito não exprime toda a sociedade, mas a classe dirigente, que 'impõe' a toda a sociedade aquelas normas de conduta que são mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento. (GRAMSCI, 1981, p. 773).

Nas falas, as motivações que levaram as famílias dos pesquisados a ocupar a área da Vila Governador estão diretamente vinculadas a não oferta de moradia, em número suficiente naquele período histórico e às questões da valorização das terras, por não acompanhar a valorização das áreas legalmente regularizadas, a única alternativa das famílias de menos rendimentos financeiro poderiam adquirir era esse espaço.

...a par do comportamento especulativo do capital imobiliário, os pobres são muitas vezes impelidos a criar uma cidade ilegal nos interstícios da cidade legal, muitas vezes aproveitando áreas públicas ociosas e/ou de preservação ambiental, incapazes que são de competir o mercado formal da terra urbana. Enquanto o consumo de produtos modernos é estimulado pela mídia e facilitado pelo crédito, o mesmo não ocorre em relação à habitação. Esses moradores constroem por seus próprios meios suas moradas, sem assistência técnica ou financiamento, já que a irregularidade fundiária implica, em geral, em fortes obstáculos ao acesso ao crédito e aos programas habitacionais oficiais. As favelas, mocambos, alagados ou assentamentos clandestinos ou irregulares surgem, proliferam-se, adensam-se, constituindo a única alternativa habitacional para uma grande parte da população que enfrenta, nesse caso, a insegurança quanto à permanência e à precariedade das condições locais. (MENDONÇA, 2004 p. 44)

A terceira questão qualitativa apresentada para os pesquisados foi à seguinte: “***Para sua família os benefícios urbanísticos da comunidade (Ruas, água, luz, Regularização fundiária, escolas etc.) vieram para comunidade de que forma?***”. Este questionamento visa compreender como os sujeitos pesquisados identificam as materializações das conquistas sociais da comunidade e se eles se vêem parte deste processo de envolvimento socioespacial e conquista de direitos.

Para responder a este questionamento foram selecionados os pesquisados:  
1, 2, 3,4 e 5;

**1ª “O pessoal da associação mais os vereadores companheiros que trouxeram, e melhorou quando o prefeito “Luizão” assumiu em 2008”**

**2ª “Tudo foi à comunidade que através da associação que buscou, brigou, fez reuniões com todos os prefeitos até agora, mas com o “Luizão” que conseguimos mais coisas.**

**3ª “Nossos impostos, o IPTU, e sei que parece que quem trouxe essa empresa para fazer a regularização foi à associação de moradores.**

**4ª “A prefeitura que colocou”**

**5ª “só veio porque nós somos teimosos, ficamos, encima dos vereadores e do prefeito, mas melhorou com o “Luizão”.**

Podemos identificar na maioria das falas que o envolvimento com as questões da coletividade é clara e evidente e essa é a forma de organizar a comunidade para solicitar bens comuns.

Observamos que há evidencias claras, pois o 3º sujeito pesquisado postula, é da a impressão de que as coisas estão colocadas na realidade social por um agente externo a luta social, por melhor condições de vida. Via melhor aplicação do dinheiro publico. Para o 2º pesquisado organizar a comunidade e suas formas de participar e cobrar dos agentes públicos se torna a garantia da aplicação dos direitos socialmente conquistados, evidenciando a categoria da Participação Popular, como instrumento. Nesta perspectiva, Valla afirma que:

Para se ter uma melhor compreensão do sentido da participação popular, é interessante situar algumas definições de participação social. De forma geral, participação popular compreende as múltiplas ações que diferentes forças sociais desenvolvem para influenciar a formulação, execução, fiscalização e avaliação das políticas públicas e/ou serviços básicos na área social (saúde, educação, habitação, transporte, saneamento básico etc.). Outros sentidos mais correntes de participação são a modernização, a integração dos grupos ‘marginalizados’ e o mutirão (VALLA, 1997, p.230).

Identifica-se nas falas dos pesquisados a compreensão categorizada pela cidadania elencada pela Constituição Federal de 1988, “cidadania é ter direitos, os quais são

reconhecidos a todos os cidadãos” onde o sujeito é ator de sua existência é participante da vida política, social e comunitária da população. Para os entrevistados, há um entendimento de que a mobilização e participação popular dos organismos de organização comunitária, contribui para estabelecer formas de construir conjuntamente o exercício da cidadania para uma autonomia comunitária.

A cidadania qualifica os participantes da vida do Estado, o reconhecimento do indivíduo como pessoa integrada na sociedade estatal (art. 5º, LXXVII). Significa aí, também, que o funcionamento do Estado estará submetido À vontade popular. E aí o termo onexiona-se com o conceito de soberania popular (parágrafo único do art. 1º), com os direitos políticos (art. 14) e com o conceito de dignidade da pessoa humana (art. 1º, III), com os objetivos da educação (art. 205), como base e meta essencial do regime democrático (SILVA, 2007, p. 104-105).

As compreensões dos entrevistados apresentam uma lógica contrária a entendida nas relações sociais cotidianas na sociedade capitalista em que vivemos, pois, discursam formas coletivas de enfrentar os problemas e transpor o cotidiano.

A quarta e a quinta questão qualitativa apresentada para os pesquisados foram às seguintes: **“Como sua família vê a relações da comunidade com o meio ambiente?”**, e **“Como é a relação de sua família com o meio ambiente?”**. Essas questões serão interpretadas juntas porém foram aplicadas separadas de forma seqüencial, no sentido de que as pesquisados primeiros apontassem seu entendimento do coletivo e após seu próprio entendimento na relação com o meio ambiente.

Para responder a estes questionamentos foram selecionados os entrevistados: 1, 2, 3, 4, e 5.

Resposta da Quarta questão:

**1º “Aqui isso é um problema, porque tem caminhão de reciclável só que o pessoal coloca o lixo junto, não separa e olha que a gente da associação faz reunião, e vai bastante gente”**

**2º “Nós estamos totalmente ligados com isso, fazemos reuniões chamando o pessoal da TN, Sanepar, faculdade, da Prefeitura, passamos informativos para a comunidade e eu acho que já ta surtindo efeito”**

**3º “todo dia do caminhão do reciclável, nós colocamos o lixo para fora. Os demais, não sei muito, mais acho que eles também colocam”**

**4º “Boa, eles separam o lixo e o caminhão passa no dia certo”**

**5º ““ixi” o povo joga o lixo no rio, esses dias tinha até um sofá boiando aqui no rio”**

Resposta da Quinta questão:

**1ª “Aqui a gente separa o lixo certinho para o caminhão no dia certo, eu fico controlando os meninos no banho, mas adolescente sabe como é que é”**

**2ª “Aqui em casa, já gastamos menos água, separamos o lixo, o resto de comida vai para a horta”**

**3º “eu acho tranquilo, agora com essas obras da Sanepar no rio, acho que não verei mais enchentes”**

**4º “é boa também nós separamos o lixo”**

**5º “há nós separamos o lixo, participamos das reuniões que falam do assunto, quando a associação convida”**

Podemos identificar nas falas dos entrevistados que em sua maioria a relação com meio ambiente está vinculada somente no trabalho de um hábito construído de separação ou não dos resíduos domésticos, colocando a questão da reciclagem como um fator quase que único na manutenção e melhoria da relação com o meio ambiente. Porém também pode-se identificar um início de novos hábitos e novas posturas frente à relação com o meio ambiente.

A educação não formal como é citada pelo 2º entrevistado aparece como um instrumento para a conscientização da população sobre a questão ambiental e que talvez possamos aproximar da discussão de Leff a seguir:

A racionalidade ambiental se funda numa nova ética que se manifesta em comportamentos humanos em harmonia com a natureza; em princípios de uma vida democrática e em valores culturais que dão sentido à existência humana. Estes se traduzem num conjunto de práticas sociais que transformam as estruturas do poder associadas à ordem econômica estabelecida, mobilizando um potencial ambiental para a construção de uma racionalidade social alternativa. (LEFF, 2005, p:85)

Percebe-se nas falas dos entrevistados a noção de uma relação educacional não formal e constituída nitidamente quando esses atores sociais da comunidade se colocam à frente de processos educativos e buscam instrumentos de socialização e



multiplicação dos saberes não científicos, culturais, sociais e históricos construídos na comunidade. Assim estes entendimentos podem ser compreendidos pelo o que é colocado na Carta de Belgrado (1975, p 287):

Reorientação de estilos de desenvolvimento; mudança nos valores, nos comportamentos dos atores da sociedade; busca de transformação do conhecimento através de novos paradigmas, de inovação de tecnologias para resolver os problemas ambientais. Torna-se prioritária a sensibilização da sociedade para com as questões do planeta, para com o nosso habitat, por meio da educação, logicamente vinculado a disciplinas como economia, ecologia, sociologia, antropologia, política e pedagogia, portanto à relação entre as ciências do homem e da natureza.

A sexta questão qualitativa apresentada para os entrevistados foi à seguinte: **“Essa preocupação que esta sendo mostrada pelas TVs, rádios e pela grande mídia em torno da preocupação com meio ambiente! Vocês acham que é só uma “moda” nova ou realmente temos que nos preocupar?”** Esse questionamento foi pensado para analisar qual a relação que os pesquisados estabelecem com o meio ambiente e se é uma preocupação concreta, pela real necessidade que o tema traz ou é apenas uma preocupação superficial e momentânea colocada como modismo pela mídia.

Seguem as respostas:

**1º “tem que preocupar sim, mais porque que sentimos na pele, porque tem enchentes, tem rato que sai da beira do rio, porque ta sujo. Esses dias ate na novela tinha mostrando que tem que cuidar da água, do lixo”.**

**2º “tem que se preocupar sim, mais é perigoso porque tudo vira forma de vender mais, viu só como é o negocio das sacolas retornáveis, que os mercados vendem agora também”.**

**3º “olha acho que sim, porque temos que deixar alguma coisa para nossos filhos”.**

**4º “tem que cuidar, separa o lixo para o caminhão, cuidar do meio ambiente”.**

**5º “tem que se preocupar sim, ano passado deu uma enchente aqui que tivemos que sair correndo, perdemos cama, sofá e comida”**

Podemos observar nas falas dos entrevistados que os meios de comunicação de massa em geral exercem influência no agir social das famílias, colocando-se como fonte de difusão da sensibilização em torno da questão ambiental, muitas vezes de forma equivocada e errônea, mas mantém posicionamento. Assim compreendido por Lima e Roncaglio (2004): “o que lhes dá uma legitimação bem maior que a atribuída a outras causas, mas também espetaculariza o tema ambiental e o transforma em produto para consumo imediato, como qualquer outro absorvido pela rede mediática”.

Com base nas falas acima proferidas podemos realizar uma leitura a partir de duas categorias; Meio Ambiente e Consciência Ecológica, a primeira compreendida por Rayanut (2004) como relações interdependentes entre os seres humanos e os demais seres:

O meio ambiente, assim concebido, inscreve-se dentro de uma representação ampla, que reúne subsistemas que interagem e mesmo compartilham elementos comuns, embora se organizem segundo propriedades estruturais e funcionais diferentes. Várias noções foram propostas para designar esse conjunto: por exemplo, alguns falam de “Antropossistemas”; outros de “Ecosistemas” humanos. Essa representação sincrética da realidade constitui um avanço do ponto de vista conceitual, na medida em que pretende superar a dicotomia entre o ser humano e o resto do mundo – dicotomia hoje questionada. Mas, do ponto de vista da construção do conhecimento científico, ela pode levantar problemas teóricos e metodológicos importantes. Efetivamente, não se pode analisar a rede de relações de um sistema complexo, – com vários níveis, vários subsistemas – apenas a partir de um modelo de interação generalizada. Trabalhar sobre relações exige que os elementos e os subsistemas inter-relacionados sejam identificados e diferenciados, com suas especificidades claramente ressaltadas. (RAYNAUT, 2004, p. 125)

A segunda categoria que podemos analisar frente às falas dos sujeitos entrevistados é a consciência ecológica, esta forma de discutir a realidade, se tornam firmes e se posicionam para o debate e para o apontamento dos agravos e degradações para qual o meio ambiente é conduzido. Aqui compreendidos por Morin como:

a consciência ecológica é historicamente uma maneira radicalmente nova de apresentar os problemas de insalubridade, nocividade e de poluição, até então julgados excêntricos, com relação aos 'verdadeiros' temas políticos; esta tendência se torna um projeto político global, já que ela critica e rejeita, tanto os fundamentos do humanismo ocidental, quanto os princípios do

crescimento e do desenvolvimento que propulsam a civilização tecnocrática (MORIN, 1975, p.87)

Assim o que é colocado pelos sujeitos entrevistados são posicionamentos influenciados pela grande mídia de massa que de forma sucinta vai preenchendo e estabelecendo um discurso meramente mercantil sobre as questões ambientais, construindo conceitos sem discussão, atribuindo valor às ações desconectas com a realidade e o posicionamento crítico.

A sétima questão qualitativa foi à seguinte: **“Na visão de sua família, as ações das lideranças comunitárias, aqui, são favoráveis a uma melhora na relação comunidade meio ambiente?”**. Este questionamento procura responder a um dos objetivos propostos nessa pesquisa e subsidiar a compreensão de que as lideranças são ou não formas de difundir a educação ambiental.

Seguem os depoimentos:

**1º “sim, nós da associação, no mês passado tivemos reunião com a Sanepar e com a Prefeitura sobre o lixo e o esgoto”**

**2º “com certeza, a ação da associação é que ta melhorando nosso bairro e trazendo melhorias”**

**3º “Sempre tem reuniões e informativos, mas só quando to de folga que participo, mas eu acho que é importante a associação de moradores”**

**4º “tem um senhor que diz ser presidente, que sempre chama para reunião, fala com o prefeito e com vereadores, mas nós não participamos, porque trabalhamos e também esse senhor, tem uns negocio com a TN”**

**5º ““ixi” o rapaz presidente, é ligado a essas coisas, sempre tem reunião o pessoal da TN também faz reunião e fala, a Sanepar também fala”**

Podemos identificar nas falas dos entrevistados que há um entendimento em comum, que as ações das lideranças contribuem de uma forma que a comunidade compreende o discurso ambiental, colocando-se como agentes transformadores. Podemos identificar isso na fala do 5º entrevistado: **““ixi” o rapaz presidente, é ligado a essas coisas, sempre tem reunião o pessoal da TN também faz reunião e fala, a Sanepar também fala”**. Falas populares como essas expressam

um sentimento de envolvimento social com a comunidade, que o pesquisador pode identificar, observando as expressões subjetivas em como o morador expressava felicidade em dizer o que foi dito.

Pode-se observar também nas respostas, mesmo as que quase desconsideram as ações das lideranças, um posicionamento de que em áreas de ocupações irregulares, pela peculiaridade dos históricos de ocupação, se coloca como comum, o entendimento intrínseco da categoria da Mobilização Social, que é compreendida por Toro e Werneck (1996), da seguinte forma:

Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de um propósito comum, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados.

...a mobilização social como um ato de comunicação. A mobilização não se confunde com propaganda ou divulgação, mas exige ações de comunicação no seu sentido amplo, enquanto processo de compartilhamento de discurso, visões e informações. O que dá estabilidade a um processo de mobilização social é saber que o que eu faço e decido, em meu campo de atuação cotidiana, está sendo feito e decidido por outros, em seus próprios campos de atuação, com os mesmos propósitos e sentidos. (TORO e WERNECK, 1996, p.5)

São formas de incentivar e discutir as questões ambientais, como parte da formulação de uma saber ambiental, construído, aplicado e refutado tendo o espaço cotidiano comunitário, fundamentado na prática da Educação Ambiental não formal. Assim podemos compreender que a partir das falas dos entrevistados a interação que as lideranças realizam com a comunidade favorecem um discurso ambiental.

A oitava e derradeira questão qualitativa apresentada foi à seguinte: **“O que mais preocupa sua família: a possibilidade da reintegração de posse por parte do que diz ter o título de propriedade da terra ou as manifestações do meio ambiente degradado, como enchentes etc.?”**, este questionamento foi pensado de forma a captar a relação da comunidade com a sociedade e o meio ambiente.

Seguem os depoimentos:

**1º “quando eu comprei já tinha essa conversa mais a associação garantiu que ia sair à documentação, mas minha mãe tem um pouco de**

***medo porque ela já foi despejada de uma área lá em Curitiba para fazer um Shopping”***

***2º “por muitos anos sem duvida a possibilidade de perder nossas casas, mas agora este acordo judicial com o proprietário a TN e a Prefeitura, o que mais me preocupa são as enchentes como a do ano passado que atingiu até aqui na minha casa”***

***3º “perder minha casa eu sei que não vou ainda mais que ano que vem é ano político, mas também não sei que a prefeitura vai liberar o título de propriedade e o meio ambiente tem que ficar esperto com as enchentes”***

***4º “aqui em casa apesar de ser perto do rio, nunca chegou enchente, porque quando comprei a casa ergui ela quase um metro, acho que o que tem que se preocupar é se a gente não pagar certinho a empresa que ta fazendo a regularização dos terrenos e o meio ambiente tem que cuidar”***

***5º “quando da enchente agente sabe que vai baixar, mas se proprietário quiser mesmo tira a gente, ai temos que sair, porque teve um morador não quis fazer a regularização e teve que sair! foi ordem do juiz!”***

Pode-se compreender das falas dos entrevistados certo temor intrínseco, inclusive apresentando certa resistência ao tema: desapropriação. Esta comunidade já teve em um período histórico recente, fatos isolados de famílias que tiveram seus lotes desapropriados por ordem judicial, fator que contribui para falas como as do 1º e o 5º entrevistados.

Evidencia-se um temor maior por parte da ação do homem, com suas leis, do que das mazelas ambientais, ocasionadas pelo meio ambiente degradado, a luz do que afirma Mendonça (2004):

A sociedade urbana, entretanto, ao vivenciar problemas de extrema gravidade para a maioria da população, manifestados em diversos processos de exclusão e injustiça social, passou a demandar uma abordagem mais complexa dos problemas ambientais ali presentes. Assim é que, ao se encontrarem expostas a fenômenos naturais, tecnológicos ou sociais impactantes e de ordem eventual e/ou catastróficos, parcelas importantes da população passaram a evidenciar condições de *risco ambiental*. A noção de risco ambiental liga-se, então, às ciências da natureza e às ciências da sociedade, e conduz a uma abordagem dual e de interface que concebe, como o afirmam Dubois-Maury e Chaline (2002), os riscos urbanos como produto combinado de um “*àlea*” (fenômeno aleatório) e de uma *vulnerabilidade*. (MENDONÇA, 2004, p.141)

A idéia passada pelos entrevistados contribui para uma interpretação da realidade cotidiana, e das relações que a comunidade estabelece com o meio ambiente, de forma meramente simbólica, como se fosse possível essa relação não se estabelecerem ali, porém os apelos colocados como imposição pelo avanço das mazelas trazidas pela degradação do meio ambiente, forja um despertar de consciência ao longo do tempo que até o presente momento, não é evidenciado nesta comunidade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Viver significa tomar partido”.

Antonio Gramsci

Abstraindo a lógica de construção formal, a presente monografia do Curso de Especialização em Educação, Meio Ambiente e Desenvolvimento, vem apresentar as considerações finais em torno do tema: **“O cotidiano da Vila do Governador – Pinhais-PR, elementos reveladores da relação da comunidade com o meio ambiente”**.

A presente monografia foi idealizada para além da lógica da formação acadêmica pura e simplesmente, foi pensado para a contribuição enquanto pesquisa socioambiental à classe dos trabalhadores afim da construção coletiva de uma melhoria das relações que historicamente foram estabelecidas com o meio ambiente. Com isso a teleologia apresentada coloca a posição do pesquisador como sujeito do processo de construção da pesquisa. Assumindo militância frente à participação do coletivo dos trabalhadores e trabalhadoras na construção constante do envolvimento meio ambiente/comunidade para um futuro sustentável.

No bojo da produção interdisciplinar do conhecimento, a presente monografia vem contribuir para a ótica do Serviço Social, formação primária do pesquisador, e colocar seu posicionamento sobre a questão ambiental.

A pesquisa teve como primazia a observação e a prática profissional do pesquisador que por dois anos acompanhou o desenvolvimento da comunidade, atuando como Gestor do departamento social, da entidade que está realizando a regularização fundiária na comunidade.

Partindo da compreensão de não haver uma dicotomia entre o meio ambiente e as relações sociais construídas no cotidiano, surge o momento crucial que nasce para o pesquisador a indagação empírica sobre se na comunidade a educação ambiental se faz no cotidiano da vila do governador – Pinhais – PR, trazendo elementos reveladores da relação da comunidade com o meio ambiente.

Tendo a questão norteadora acima citada, a monografia utilizou como fundamento metodológico central o materialismo histórico dialético e compreensões socioambientais, a teoria marxista, que compreende a historicidade das manifestações sociais expressas no cotidiano. Teoria que o pesquisador já mantém posicionamento político, seguindo a orientação do Projeto Ético Político da profissão do Assistente Social.

Para atingir o questionamento levantado o pesquisador estipulou um objetivo geral: Buscar no cotidiano da Vila do Governador elementos reveladores da relação da comunidade com o meio ambiente, e três objetivos específicos; Identificar na comunidade como são estabelecidas as relações sociais com o meio ambiente; Analisar o papel da liderança comunitária na educação ambiental não formal e seu impacto na relação com o meio ambiente; Identificar nas práticas da comunidade estudada elementos constitutivos de um discurso ambiental.

Esta fase da monografia é de significativa importância para a aprovação dos objetivos levantados, que vem confirmar a hipótese colocada como norte para a pesquisa **“Buscar no cotidiano da Vila do Governador elementos reveladores da relação da comunidade com o meio ambiente”** colocando em questionamento cinco sujeitos, famílias residentes na comunidade sendo: duas lideranças comunitárias e três famílias residentes próximos ao rio Palmital. Estes todos escolhidos por amostragem intencional para a realização da pesquisa.

Na análise dos dados colhidos podemos observar que o primeiro objetivo específico: **Identificar na comunidade como são estabelecidas as relações sociais com o meio ambiente**; é atingido no que tange a compreensão dos sujeitos pesquisados.

Percebe-se que a relação que a comunidade faz com o meio ambiente ainda é bem frágil, quase inexistente, apenas se envolvem com questões relacionadas ao meio ambiente quando há uma intervenção das organizações comunitárias (associação de moradores) ou quando há um abalo ambiental como enchentes, por exemplo. Assim reproduzindo uma ação comum da sociedade contemporânea.



O segundo, objetivo específico, também foi contemplado com análise dos dados: Analisar o papel da liderança comunitária na educação ambiental não formal e seu impacto na relação com o meio ambiente.

Este objetivo foi o que o pesquisador mais identificou nas falas dos pesquisados, a contribuição que as lideranças comunitárias trazem para sensibilização da comunidade é constante, através de mobilização, reunião, informativos, conversas, busca de profissionais que abordam a temática socioambiental, entre outros instrumentos. As lideranças praticando atos como estes preconizados na educação ambiental não formal, contribuem para a construção de um saber ambiental territorializado, melhorando a relação, meio ambiente comunidade. Porém não se identifica nas falas uma melhoria na compreensão e no envolvimento da comunidade com o meio ambiente. Salienta-se que a periodicidade da pesquisa é colocada como fator impar, para a não identificação desta melhoria.

Por sua vez, o terceiro objetivo: *identificar nas práticas da comunidade estudada elementos constitutivos de um discurso ambiental*, foi parcialmente atingido no que tange á compreensão dos entrevistados.

Observa-se que este objetivo é parcialmente atingido, porque as relações que a comunidade estabelece com o meio ambiente são frágeis, e o que é colocado pelo senso comum e pela mídia de massa, forja uma compreensão de relação com o meio ambiente mais superficial. Porém, as atuações das lideranças comunitárias estão inclinadas para a construção de um discurso ambiental, iniciantes ainda, mas, apresentando uma disposição para o assunto.

Nesta perspectiva, pode-se afirmar que o objetivo geral: *Buscar no cotidiano da Vila do Governador elementos reveladores da relação da comunidade com o meio ambiente*, também foi atingido, porém parcialmente. A falta de um melhor acompanhamento, da presença em campo, da discussão com os atores envolvidos mais direto e/ou uma delimitação mais exata do tema, por parte do pesquisador, poderia ter contribuído para que objetivo tivesse sido atingido por completo.

Os dados evidenciam que a comunidade estabelece seus laços com o meio ambiente, no que tange à necessidade e à imposição das leis, ou que o envolvimento mais expressivo são das famílias que, por uma questão pessoal ou histórica, já buscam o melhora no coletivo, como as lideranças comunitárias ou quem sofreu com despejos ou enchentes.

O cotidiano das famílias que residem em área de ocupações irregulares como é observado aqui, é colocado num espaço concreto, para estabelecimento das relações socioambientais, porém a lógica massificante, heterogênea e simplista das relações do capitalismo moderno influenciam e muito nas formas que as comunidades conduzem suas vidas.

Contudo gostaríamos de realizar o fechamento pontuando a eminência do continuo papel da pesquisa para a mensuração dos trabalhos e ações do Serviço Social na construção do saber socioambiental e sugerindo possíveis formas de enfrentamento à discussão exposta, tais como: inclusão de projeto de pesquisas permanentes nas áreas de regularização fundiária para liberação de licenças; ampliação das discussões sobre ações de regularização fundiária e sobre o tema ambiental; inclusão da questão ambiental nos currículos do curso de Serviço Social.

Portanto, quanto mais discussão sobre políticas públicas, currículos escolares, legislações forem realizadas por sujeitos que não vivem o fato concreto do cotidiano, e sim por quem realiza a manutenção da hegemonia dominante a classe burguesa, teremos que nos submeter a práticas fragmentadas que promovem ainda mais as relações com o meio ambiente apenas de extração e exploração para o bem particular.

## REFERENCIAS

BATTINI, O. **O estado das artes no Serviço Social**. São Paulo: PUC-SP, 1991 (Tese de Doutorado. Mimeo).

BRASIL. Senado Federal . **Constituição [da] Republica Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL, **Lei Federal nº 10.257** de 10 de julho de 2001 – Estabelece diretrizes gerais da Política Urbana.

CASTEL, R. **Metamorfoses da questão social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

CERQUEIRA FILHO, G. **A “Questão Social” no Brasil: crítica ao discurso político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. (coleção Retrato do Brasil: v.162)

FERREIRA, J. S. W. “A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil”, **Anais** do Simpósio “Interfaces das representações urbanas em tempos de globalização”, UNESP Bauru e SESC Bauru, 21 a 26 de agosto de 2005.

FOLADORI, G. **Los límites del desarrollo sustentable**. Montevideo, Ediciones de La Banda Oriental, 1999.

FRIGOTTO, G. A nova e a velha faces do capital e o labirinto dos referenciais teóricos. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M. (orgs). **Teoria e educação no labirinto do capital**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001. pt. 1, p. 21-43.

GOMES, M. de F. C. M. Habitação e questão social - análise do caso brasileiro. In: Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales Universidad de Barcelona**, 2005.

Gramsci, A. **A concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1981.

IAMAMOTO, M. V. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 12. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2007.

IBGE/Diretoria de Pesquisas. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Gerência de Estudos e Análises da Dinâmica Demográfica. **Projeção da População do Brasil por Sexo e Idade para o Período 1980-2050 - Revisão 2008**.

LEFF, E. **Ecologia, capital e cultura**. A territorialização da racionalidade Ambiental Petrópolis, RJ:. Vozes, 2009.

LEFF, E. **Saber Ambiental: Sustentabilidade, Racionalidade, Complexidade, Poder**. Petrópolis: Vozes, 2005

Marx, K. **O Capital**. São Paulo: Abril Cultural, 1983

MENDONÇA, F. **Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana**, Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, p. 139-148, jul./dez. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social**, 2ª ed., SP, Cortez, 1994.

\_\_\_\_\_. Cinco notas a propósito da Questão Social. **TEMPORALIS** - (Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social), Ano II, nº 3, Brasília, janeiro a junho de 2001, p. 45.

POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – PNAS, aprovada pelo Conselho nacional de Assistência Social por intermédio da resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004 e publicado no Diário Oficial da União - DOU do dia 28 de outubro de 2004

PONTES, R. N. **Mediação e Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1995.

RAYNAUT, C. **Meio Ambiente e Desenvolvimento: construindo um novo campo**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, n. 10, p. 21-32, jul./dez. Curitiba: Editora UFPR, 2004.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: Metodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SANTOS, M. **Por Uma Nova Geografia**. São Paulo: Hucitec, 1978.

SILVA, J. A. da. **Curso de direito constitucional positivo**. 28. ed., rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2007.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SUGUIHIRO, Vera Lucia Tieko. **Ação investigativa na prática cotidiana do Assistente Social**. Disponível em: < [http:// www.ssrevista.uel.br/c-v2n1.htm](http://www.ssrevista.uel.br/c-v2n1.htm). Acesso 20.07.11.

TORO, J. B. e WERNECK, N. M. D. F. **Mobilização social: um modo de construir a democracia e a participação**. UNICEF- Brasil, 1996.

VALLA, V. V. Educação popular e saúde. A religiosidade popular como expressão do apoio social. In: **20 Anos de Educação Ambiental Pós-Tbilisi** (H. S. R. Vasconcellos S. F. Mata (Orgs.)), p. 114-132, Rio de Janeiro: PUC-Rio/UFRJ., 1997

# Anexos:

Roteiro de Pesquisa Entrevista Semi-estruturada, comunidade  
Vila Governador Pinhas – PR

1- Idade:                    2 - Escolaridade do chefe da família:                    3 - Gênero:

4 - Quantas pessoas residem na casa:

5 - Sua família utiliza os aparelhos públicos destinados a o atendimento da população aqui na comunidade:

5.1 SIM: ( )

5.2 Quais: CRAS ( ) Unidade de Saúde ( ) Escolas ( ) Creches ( ) Praças ( )  
Campo de Futebol ( ) Outros ( ) \_\_\_\_\_

5.2 NÃO ( ). PQ \_\_\_\_\_

6 - Desenvolve alguma atividade de trabalho e renda:

6.1 – SIM: ( ) Formal

( ) Informal

6.2 - Qual: \_\_\_\_\_

6.3 - NÃO ( ) PQ. \_\_\_\_\_

7 - Quantos anos sua família residem nesta comunidade:

- 8 Quais os motivos da mudança para a comunidade?
- 9 Vocês sabiam que esta área era uma ocupação irregular quando mudaram?
- 10 – Para sua família os benefícios urbanísticos da comunidade ( Ruas, água, luz, Regularização fundiária, escolas etc) vieram para comunidade de que forma?
- 11 Como sua família vê a relações da comunidade com o meio ambiente.
- 12 Como e a relação de sua família com o meio ambiente.
- 13 Essa preocupação que esta sendo mostrada pelas TVs, rádio a grande mídia, entorno da preocupação com meio ambiente! Vocês acham que é só uma “moda” nova ou e realmente temos que nos preocupar.
- 14 Na visão de sua família, as ações das lideranças comunitárias, aqui, são favoráveis a um melhora na relação comunidade meio ambiente?
- 15 O que mais preocupa sua família: a possibilidade da reintegração de posse por parte do que diz ter o titulo de propriedade da terra ou as manifestações do meio ambiente degradado, como enchentes etc.

### Respostas dos questionamentos:

- 1- 9- Sabia, mas o pessoal da associação me garantiu que ia ser regularizada.  
10 – o pessoal da associação mais os vereadores companheiros que trouxeram, e melhorou quanto o prefeito “Luizão” assumiu em 2008.  
11- Aque isso é um problema, porque tem caminhão de reciclável só que o pessoal coloca o lixo junto, não separa e olha que a gente da associação fazemos reunião e vai bastante gente.  
12- aqui a gente separa o lixo certinho para o caminhão no dia certo, eu fico controlando os meninos no banho, mas adolescente sabe como é que é.  
13- tem que preocupar sim, mais o que sentimos na pela, porque tem enchentes, tem rato que sai da beira do rio, porque ta sujo, esses dias ate na novela tinha mostrando que tem que cuidar da água, do lixo.  
14- são, nós da associação, no mês passado tivemos reunião com a Sanepar e com a Prefeitura sobre o lixo e o esgoto.  
15- quando eu comprei já tinha essa conversa mais a associação garantiu que ia sair a documentação, mas minha mãe tem um pouco de medo porque ela já foi despejada de uma área lé em Curitiba para fazer um Shopping.
- 2- 9- Nossa isso aqui era um banhado nos que aterramos e abrimos lotes, ocupamos e procuramos a TN para fazer a regularização.  
10-Tudo foi à comunidade que através da associação que buscou, brigou, fez reuniões com todos os prefeitos até agora com o “Luizão” que conseguimos mais coisas.  
11- nos estamos totalmente ligados com isso, fazemos reuniões chamando o pessoal da TN da Sanepar, da faculdade, da Prefeitura, passamos informativos para a comunidade e eu acho que já ta surtindo efeito.  
12- aqui em casa, já gastamos menos água, separamos o lixo, o resto de comida vai para a horta.
- 13- te que se preocupar sim, mais é perigoso poeque tudo que vira na... de vender mais, viu só como é o negocio das sacolas retornáveis que os mercados vedem agora também.**



14- com certeza, a ação da associação e que ta melhorando nosso bairro e trazendo melhorias.

15- por muitos anos foi sem duvida a possibilidade de perder nossas casas, mas agora este acordo judicial com o proprietário a TN e a Prefeitura, o que mais me preocupa são as enchentes como a do ano passado que atingiu até aqui na minha casa.

#### **9- Sabia que estava sendo aprovado o loteamento**

10- nossos impostos, o IPTU, e sei que parece que quem trouxe essa empresa área fazer a regularização foi à associação de moradores.

11- todo dia do caminhão do reciclável, nós colocamos o lixo para fora. Os demais não sei muito mais acho que eles também colocam.

12- eu acho tranquilo, agora com essas obras da Sanepar no rio, acho que não verei mais enchentes.

13- olha acho que seim, porque temos que deixar alguma coisa para nossos filhos.

14- Sempre tem reuniões e informativos, mas só quando to de folga que participo, mas eu acho que é importante a associação de moradores.

15- perder minha casa eu sei que não vou ainda mais que ano que vem é ano político, mas também não sei que a prefeitura vai liberar o titulo de propriedade e o meio ambiente tem que ficar esperto com as enchentes.

#### **3-9- Sabia, mas o morador anterior falou que ia se regularizado**

10- a prefeitura que colocou

11-Boa, eles separam o lixo e o Caminhão passa no dia certo.

12- é boa também nós separamos o lixo.

13- te que cuidar, separa o lixo para o caminhão, cuidar do meio ambiente.

14- tem um senhor que diz ser presidente, que sempre chama para reunião, fala com o prefeito e com vereadores, mas nós não participamos, porque trabalho e também esse senhor, tem uns negocio com a TN.

15- AQUI EM CASA APESA DE SER EERTO DO RIO, NUNCA CHEGOU enchente, porque quando comprei a casa ergui ela quase um metro, acho que o que tem que se preocupar é se a gente não pagar certinho

*a empresa que ta fazendo a regularização dos terrenos e o meio ambiente e no cuidar.*

*4-9- Nois sabíamos que estava abandonada e que o dono devia o IPTU para prefeitura.*

*10- só, vei porque nós somos teimosos, ficaremos, encima dos vereadores e do prefeito mas o melhorou com o “Luizão”.*

*11- “ixi” o povo joga o lixo no rio, esses dias tinha até um sofá boiando aqui no rio.*

*12- há nós separamos o lixo, participamos das reuniões que falam do assunto quando a associação convida.*

*13- tem que se preocupar sim, ano passado deu uma enchente aqui que tivemos que sair correndo, perdemos coma, sofá, comida.*

*14- “ixi” o rapaz presidente é ligado a essas coisas, sempre tem reunião o pessoal do TN também faz reunião e fala, a Sanepar também fala.*

*15- quando da enchente agente sabe que vai baixar mas se p proprietário quiser mesmo tira a gente, ai temos que sair, porque até isso um morador não quis fazer a regularização e teve que sair foi ordem do juiz.*